

ATA N.º 259

----- Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, na sede da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 Período da Ordem do Dia**-----
 - 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
 - 1.2 Orçamento Municipal 2020-----
 - 1.3 Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental-----
 - 1.4 Manual de Consolidação-----
 - 1.5 Responsabilidades Contingentes de 2019-----
 - 1.6 Plano de Atividades e Orçamento da Agim para 2020-----
 - 1.7 Plano de Prevenção de 2020-----
 - 1.8 Mapa de Pessoal de 2020-----
 - 1.9 Exploração de Água em Rocas do Vouga – Transferência de Competência-----
 - 1.10 Programa JUNTAr+ 2019 – Apoio à Freguesia de Sever do Vouga-----
 - 1.11 Afetação ao Domínio Público – Prédio Rústico em Carrzedo-----
 - 1.12 Município de Porto Novo – Geminação-----
 - 1.13 Acordos de Execução – Relatórios Semestrais-----
 - 1.14 Documentos Previsionais 2019 – 4ª Revisão Orçamental-----
 - 1.15 Transferência de Competências – Freguesia de Talhadas-----
 - 1.16 Regulamento para o Serviço de Intervenção Familiar – Barco de Papel-----
 - 1.17 Regulamento de Apoio ao Associativismo – Alteração-----
 - 1.18 Regulamento de Isenções – Abertura de Procedimento-----
 - 1.19 Exploração de Água em Cedrim e Paradela – Transferência de Competência-----
- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e vinte minutos.-----
- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----
- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
 - António Augusto Macedo de Cruz-----
 - António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
 - António Fernando da Silva Dias-----
 - Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
 - Belmiro Manuel Marques-----
 - Carlos Manuel Martins Tavares-----
 - Cesário da Costa Martins-----
 - Cipriano de Arede Nogueira-----
 - Custódio Tavares Pereira de Lima-----
 - David da Silva Alves-----
 - Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
 - Edite Bastos Rodrigues-----
 - Jorge Manuel Henriques da Graça-----
 - José Carlos Ribeiro de Sousa-----
 - Júlio Martins Fernandes-----
 - Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
 - Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
 - Mário Coutinho Martins-----
 - Mário José Costa da Silva-----
 - Natália Fonseca Nogueira-----
 - Patrícia Sofia Martins Santos-----

- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Sónia Marisa Pereira Correia-----
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Alexandre Paulo Tavares Machado, que foi substituído por Cesário da Costa Martins; Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques; Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Sónia Marisa Pereira Correia; Elmano Jorge Ribeiro da Silva, que foi substituído por Mário Coutinho Martins, José Luís da Silva e Almeida, que foi substituído por Belmiro Manuel Marques e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Natália Fonseca Nogueira.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Ordem de trabalhos-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 257, da sessão de 28 de junho de 2019, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por maioria, com os votos a favor dos membros Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Edite Rodrigues, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins e uma abstenção de António Dias.-----

Foi, ainda, apreciada a ata n.º 258, da sessão de 27 de setembro de 2019, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Sérgio Silva pediu autorização ao presidente da Assembleia Municipal para intervir. Concedido o uso da palavra, o membro começou por dar as boas vindas a todos os membros daquela Assembleia e ao executivo da Câmara Municipal, dizendo que era uma honra recebê-los naquela freguesia e, em especial, naquela casa. Agradeceu, ainda, a todos os deputados municipais que tinham votado, no mandato anterior, para que os subsídios da Câmara fossem aplicados naquele espaço. Em nome da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, apresentou o seu muito obrigado. Aproveitou para dar os parabéns à mesa por descentralizar a Assembleia Municipal e por ter escolhido Couto de Esteves. Disse ter proposto à Assembleia Municipal, em dezembro de 2015, a descentralização das sessões, mas que, só quatro anos depois é que tinham tomado a coragem de estar mais próximo e de poder dar mais voz à população. Referiu ser raro o município, em Portugal, que não descentraliza uma reunião de Câmara, uma sessão Assembleia Municipal ou mesmo o atendimento aos munícipes, sendo já muitos os municípios que transmitem em direto e online as sessões das Assembleias Municipais. Disse que, mesmo assim considerava estranho o momento e a escolha do local para aquela Assembleia. Afirmou que o presidente, recentemente, tinha sido confrontado com o facto de se ter aprovado, por unanimidade, a descentralização daquelas reuniões e de ainda não o ter feito, e de que tinha respondido que não o tinha feito porque o regimento não o permitia e que o mesmo teria de ser alterado. Disse não se lembrar de nenhuma alteração e, por isso, perguntou se havia

mesmo vontade em fazer as reuniões descentralizadas, ou só seriam feitas enquanto o edifício da Câmara Municipal estivesse em obras, pagas com o dinheiro dos contribuintes. Questionou se a escolha de Couto de Esteves tinha sido por algum motivo em especial ou se era para lançar alguma primeira pedra. Quanto ao ponto relativo ao relatório de avaliação do Orçamento Participativo de 2018, disse querer apenas deixar ali uma nota e que iria abster-se de comentar a forma como os orçamentos participativos tinham sido geridos, até porque havia uma comissão, e que iria, também, abster-se de descrever a memória descritiva do projeto vencedor “Caminhos da Água”, do qual até também tinha sido subscritor. Mais disse que iria abster-se de descrever o que tinha sido construído no âmbito daquele projeto e que estava naquele relatório. Perguntou o que é que aquilo que consta da candidatura tinha a haver com o que tinha sido executado e, nesse sentido, gostaria de saber o que é que o orçamento participativo contribuía para os cidadãos escolherem as obras que achavam que deviam ser executadas.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a decisão de descentralizarem as sessões tinha sido aprovada em Assembleia Municipal e que tinha sido dito, na altura, que teriam de estudar a melhor oportunidade para realizarem as sessões descentralizadas. Referiu que todas as oportunidades, obviamente, eram boas oportunidades, e que o facto de a Câmara Municipal estar em obras também teria ajudado para que tivessem escolhido iniciar a descentralização naquele momento e que o facto de ela se realizar em Couto de Esteves não tinha nada a ver com o facto de ser residente naquela freguesia. Disse não haver nada atrás do pano e que estavam ali para trabalhar e que o facto de Couto de Esteves ser uma freguesia governada por uma equipa de independentes e por ter sido, em tempos, concelho, lhes tinham parecido critérios interessantes.-----

2 Correspondência:-----

O órgão deliberativo tomou conhecimento dos relatórios de avaliação do orçamento participativo respeitantes aos anos de 2017 e 2018.-----

O **presidente da Assembleia Municipal**, conhecimento de que o município tinha estado representado no congresso da ANMP, nos dias 29 e 30 novembro, pelo senhor presidente da Câmara Municipal, por si próprio e pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga. Quanto a mais correspondência, informou terem sido recebidos os seguintes convites:-----

- dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, convite para o 59º aniversário;-----
- da Associação Desportiva e Cultural de Lourizela, convite para o 11º convívio das sopas;-----
- da Jovouga, convite para a primeira festa/convívio da castanha;-----
- do Centro Recreativo e Cultural de Rocas do Vouga, convite para o seu jantar de Natal;-----
- da JAP, convite para o seu jantar de Natal;-----
- da Associação de Colaboradores do Município de Sever do Vouga, convite para o seu jantar de Natal;-----
- dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, convite para o seu jantar de Natal.-----

3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **António Monteiro** que disse ter valido a pena o CDS ter proposto a descentralização das sessões da Assembleia Municipal, independentemente das razões que possam ter assistido, para que ali se encontrassem. Disse ter já tido a oportunidade de, na Assembleia Municipal, chamar a atenção para a riqueza existente no Couto de Esteves e que carece de ser valorizada, sendo que, uma das questões a que tem insistido, várias vezes, para que seja tratada, é a questão da barragem e o aproveitamento

que pode haver daquele espelho de água. Referiu a aprovação, em Assembleia Municipal, de uma moção para recomendar à Câmara Municipal que, rapidamente, avançasse e estabelecesse a praia em Couto de Esteves, assunto que tinha sempre como resposta a de que era uma questão importante, mas que haveria dificuldade com a Administração Central, nomeadamente, com o plano de ordenamento da barragem. Questionou que passos tinham sido dados e que reuniões tinham sido realizadas, desde a última vez que tinha chamado a atenção para o problema, para desbloqueio daquela questão. Disse tratar-se, sem dúvida, de uma âncora de desenvolvimento do concelho, sendo importante desenvolver o aproveitamento da barragem e do respetivo espaço. Apresentou outra questão que disse carecer de esclarecimento, que é a situação do Centro de Saúde de Sever do Vouga, que passou a fechar às 20:00 por falta de médicos com disponibilidade para fazerem o serviço noturno, uma vez que já tinham atingido a idade que lhes permite ter essa opção. Disse que, além das várias intervenções políticas realizadas na Assembleia Municipal, tinham insistido com o governo, em Lisboa, para que respondesse às questões e para que arranjasse soluções. Disse ter insistido, também, com a Câmara Municipal de Sever do Vouga para que insistisse com a Administração Regional de Saúde e com o governo para que resolvesse aqueles problemas, pois, infelizmente, o Centro de Saúde continuava fechado a partir das 20:00. Informou que o grupo parlamentar do CDS tinha voltado a insistir, naquela semana, com o governo, para saber aquilo que estava a ser feito para resolver aquele problema. Perguntou o que é que o PS tinha feito quanto ao encerramento do Centro de Saúde, sendo que é poder em Sever do Vouga e em Lisboa.----- De seguida, foi dada a palavra a **Diana Paiva** que disse dirigir a primeira palavra ao senhor presidente da mesa e que o assunto já tinha sido abordado, diversas vezes, nas sessões da Assembleia, sendo que as ordens de trabalho deviam ser corretamente elaboradas, não podendo constar da ordem de trabalhos, em vários pontos, “aprovação”, pois, como era sabido, os membros da Assembleia não iam às sessões, sem mais, aprovar nada, eram convocados para apreciar e votar. Disse que, como o presidente da mesa fazia parte da mesa da Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro, sabia que as ordens de trabalho daquele órgão referiam nos pontos devidos, “apreciação e votação”, porque, efetivamente de uma votação se tratava. Assim, solicitou que as próximas Ordens de Trabalho já viessem com os pontos corretamente elaborados. Por outro lado, disse querer referir que há já vários meses que não era cumprido o artigo 35º, n.º 1, x) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pois os membros da Assembleia Municipal tinham deixado de receber a minuta das atas e as respetivas atas das reuniões da Câmara Municipal, depois de aprovadas, solicitando que fizesse cumprir aquela norma. Dirigiu-se ao presidente da Câmara para alertar para algumas situações, começando pelo Centro de Camionagem de Sever do Vouga, dizendo estar com problemas, por existirem demasiadas infiltrações e, sendo que, para tentar obviar a esses problemas, eram colocados baldes, espalhados pelos vários cantos, para colher a água que cai, situação que leva à existência de riscos elétricos, pondo em causa a segurança de todos quantos ali passam, principalmente, dos jovens da escola e utilizadores que por ali passam, não esquecendo as pessoas que trabalham naquele local. E mencionando a escola, mais precisamente o edifício sede do agrupamento, disse ser possível constatar que, numa altura do ano em que pouco depois das 17 horas já é quase noite, a zona de entrada é excessivamente escura, muito mal iluminada, não havendo praticamente pontos de luz que possibilitem uma melhor visão do degrau da rampa de acesso, situação que se mantém no caminho que os jovens têm que percorrer até ao centro de camionagem. Disse ter constatado, naquela semana, que, na zona onde se realiza a Ficavouga, no parque e na estrada nacional, não há qualquer iluminação, sendo que, se for um problema com o fornecedor de energia, o mesmo já deveria ter sido reportado e resolvido. Mais disse que, em dias de chuva intensa, a Rua do Sobreiral, mesmo em frente à escola, parece um autêntico rio em que os miúdos, que têm de atravessar a estrada, acabam encharcados, tal é a quantidade de água existente na rua, faltando, claramente, uma boa drenagem.-----

A intervenção seguinte foi a de **Sérgio Silva** que disse querer fazer algumas perguntas, ao presidente da Câmara Municipal, acerca do estado das coisas que se iam passando na freguesia de Couto de Esteves e, também, no concelho de Sever do Vouga. Começou por perguntar porque é que o Centro Escolar de Couto de Esteves ainda não tinha aquecimento e porque é que as funcionárias e as professoras tinham que trazer aquecedores de casa para aquecerem os vários compartimentos do edifício. Perguntou, também, porque é que, numa altura em que se falava tanto em eficiência energética e na substituição da tradicional iluminação pública pela tecnologia LED, essa substituição ainda era uma miragem na sua freguesia e a sua tradicional iluminação pública se encontrava “apagada”, sendo dezenas e dezenas de focos apagados por toda a freguesia de Couto de Esteves e centenas por todo o concelho de Sever do Vouga, quando a Câmara Municipal pagava centenas de milhares de euros, anualmente, à EDP, para iluminação pública. Perguntou o que é que se passava com a recolha do lixo que, por todo o concelho, havia contentores a abarrotar de lixo, dias e dias, à espera de ser recolhido e, em especial, em Couto de Esteves que, sazonalmente, a população triplicava e o número de contentores era insuficiente em várias aldeias. Questionou o que se passava com o pavimento das ruas, das quais o seu vice-presidente até dizia serem das melhores da sua região, e um pouco por todo o concelho mas, em especial, em Couto de Esteves, onde não havia manutenção, onde havia buracos, onde faltava pavimento e, também, onde não havia sinalética, muito menos falta de marcações e rails de segurança e, no caso da vila de Sever do Vouga, por exemplo, onde não havia uma passarela com a marcação visível. Perguntou o que se passava com os caminhos, que a Câmara Municipal se comprometeu a repor, no âmbito das reposições da barragem, pois alguns continuavam submersos quando a barragem estava cheia e quase nenhuns tinham segurança ou qualquer proteção. Por fim, perguntou se o presidente da Câmara Municipal já sabia por onde era o caminho público, para a ponte pedonal sobre o Rio Gresso, construída pela Câmara Municipal, naquela freguesia.-----

A intervenção seguinte foi a de **Tony Martins**, que disse ser com aprazo que registava a primeira sessão da Assembleia Municipal descentralizada nas freguesias, pois, certamente iria contribuir para uma maior abertura e aproximação das pessoas com as estratégias e decisões políticas do concelho. Em nome da bancada do PSD, disse querer expressar uma palavra de agradecimento à freguesia de Couto de Esteves, na figura do seu presidente de junta de freguesia, Sérgio Soares, por ter disponibilizado o espaço e toda a logística envolvida, assim como ao executivo por ter tido em consideração o pedido. Salientou estar atentos às necessidades das freguesias e Couto de Esteves, em particular, dizendo que podiam contar com o olhar atento e contributos do PSD para ajudar aquela freguesia que sofre de uma “*dupla interioridade*”, interioridade em relação ao distrito e, também, em relação ao concelho, mas que tinha um grande potencial de desenvolvimento através do turismo de natureza, sem esquecer a agricultura e o potencial imenso daquele belo espelho de água.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** para poder responder às questões colocadas. Começando pela intervenção de António Monteiro, e relativamente à barragem, informou que estavam a ser envidados esforços no sentido de acelerar o processo do plano de ordenamento e que, há poucas semanas, tinha sido realizada uma reunião com os vários municípios, esclarecendo tratar-se de um assunto que diz respeito não só a Sever do Vouga, pois a área da barragem abrange quatro municípios. Mais disse que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente era a entidade que estava a trabalhar no plano de ordenamento com a ajuda dos quatro municípios. Mais informou que, nessa última reunião, tinham sido apresentadas algumas divergências em relação à proposta da APA e, até à data, não tinham obtido resposta às posições apresentadas e relacionadas com aquilo que é possível, ou não, construir ou colocar na área da barragem. Disse estar a aguardar uma resposta para ver se eram, ou não, tidas em conta, porque entendia que o plano apresentado não cumpre aquilo que é pretendido. Relativamente ao Centro de Saúde, disse que a Saúde ainda não era uma competência da Câmara Municipal, no

entanto, estava atento ao problema e tinha estado a fazer tudo aquilo que era possível. Mais disse estar a aguardar a marcação de uma audiência com a senhora Ministra da Saúde e com o Secretário de Estado da Saúde para tratar desse assunto, uma vez que, da parte do ACeS Baixo Vouga, tinha a informação de que talvez fosse possível reativar o horário no início de 2020. Referiu ter solicitado uma audiência por não acreditar muito que isso seja possível. Disse terem sido colocados dois médicos novos, mas que a informação que tinha era de que são médicos de transição, que é um problema em parte do país e que tem de ser tratado a nível político nacional, talvez com a alteração da colocação dos médicos e da obrigação de os mesmos cumprirem horários no interior, mediante uma compensação. Relativamente à intervenção de Diana Paiva, no que diz respeito às infiltrações no Centro Coordenador de Transportes, informou que o problema tinha surgido com o rebentamento das caleiras na parte de cima do telhado, mas que o levantamento da situação já tinha sido feito e que as obras para resolver o problema estavam para breve. Sobre a falta de iluminação, disse ter registado a mesma para transmitir à EDP. Disse faltar uma linha de iluminação na rua de baixo do recinto da Ficavouga, sendo certo que a maior parte dos alunos não utiliza aquela rua para ir para o transporte, passa diretamente por entre a escola, mas, de qualquer forma, registava isso para reforçar a iluminação no local. Mais disse que iria ver o que se passava com as águas pluviais da Rua do Sobreiral, para resolver isso o mais rapidamente possível. Relativamente à intervenção do presidente da Junta de Couto de Esteves, e em relação ao aquecimento do centro escolar, o presidente da Câmara Municipal disse que o presidente da Junta tinha conhecimento da situação e de já estar a haver intervenções no local. Relativamente à questão dos leds no concelho, informou que estavam a ser colocados gradualmente, por tratar-se de um investimento bastante grande, através de acordos e protocolos com a EDP, onde o município pagava metade e a EDP pagava outra metade. Mais disse que esse serviço chegaria, com certeza, a Couto de Esteves, também. Quanto à recolha do lixo, disse que não tinha tido conhecimento de que havia um atraso na recolha, mas que iria averiguar a razão do atraso. Sobre o reforço dos contentores, disse ser um serviço realizado permanentemente, mas que não podiam ser colocados contentores em todo o lado. Mais disse que Sever do Vouga era dos concelhos com maior distribuição quer de contentores, quer de ecopontos, mas que, ainda assim, sentia que era possível colocar mais. Sobre os pavimentos das ruas, o presidente da Câmara Municipal disse que, infelizmente, havia muitas, não apenas as de Couto de Esteves, até da rua principal de Sever do Vouga, cujo empreiteiro vai adiando a reparação. Ainda ontem seguiu mais um ofício para este empreiteiro, para ver se ele resolve aquele problema. Relativamente ao caminho pedonal, o presidente da Câmara Municipal disse que o mesmo estava integrado numa proposta de acesso que ainda não estava executado, uma vez que o empreiteiro andava a fazer outras obras, mas que seria executado a breve prazo.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Dias**. Afirmou que a freguesia de Talhadas continuava sem resposta aos vários e-mails e solicitações, tais como: reparação das estradas e caminhos da freguesia, solicitadas nas reuniões das assembleias anteriores, 22 fevereiro, 26 abril, 28 junho e 27 setembro. Relembrou, mais uma vez, que algumas daquelas estradas e caminhos estavam a necessitar de obras: Silveira, Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, E.N. 333 à Vide, Doninhas à Macida, Ereira à Vide, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras. Perguntou quando é que estariam reparadas. Referiu que, já nas várias reuniões anteriores, tinha perguntado sobre a possibilidade da Câmara Municipal, em consonância com a Junta de Freguesia, construir um centro escolar na freguesia de Talhadas, estando a Junta de Freguesia disponível para apoiar, agradecendo obter ali uma resposta. Disse que, também, já várias vezes, tinha solicitado a colocação de lombas de sinalização em vários lugares da freguesia, nomeadamente, na Macida e em Talhadas, perguntando se estavam à espera que houvesse algum acidente grave. Continuando, disse que a Junta de Freguesia estava a realizar obras para abrir, brevemente, o Espaço do Cidadão, estando prevista a sua abertura para o início de 2020. Convidou

todos os presentes a estarem na inauguração. Referiu que a Câmara Municipal de Sever do Vouga e a Junta de Freguesia de Talhadas estavam a desenvolver esforços para alargar, finalmente, a zona industrial de Talhadas, tendo havido uma troca de correspondência, pelo que esperava que o alargamento fosse uma realidade a curto prazo. Mais referiu que a Junta de Freguesia de Talhadas iria construir um armazém de apoio às viaturas e equipamentos da freguesia, e que seria na zona oeste do estacionamento norte da feira mensal. Solicitou à Câmara Municipal algum apoio para aquele investimento, uma vez que também o faziam com as restantes freguesias. Terminou a sua intervenção com um pedido de resposta, por parte do executivo, relativamente à delimitação do lugar de Arcas, na freguesia de Talhadas, com a freguesia de Ribeiradio, pois estava incorreta nalguns mapas.-----

De seguida, interveio **Patrícia Santos** que disse ter questionado o presidente da Câmara Municipal, na última sessão, sobre os transportes escolares, se os mesmos estavam a ser assegurados devidamente e se havia controle e vigilância por parte da Câmara Municipal em relação ao contratado com as diversas entidades. Citou a resposta obtida: *“os transportes têm acompanhantes de segurança, alguns contratados pelas associações de pais, outros por funcionários do município, estando atualmente a funcionar com números razoáveis”*. Afirmou que, qualquer resposta que envolva a palavra *razoável* deixava muito a desejar, sobretudo quando dada por um zelador dos interesses do povo, mas que devia ser dado o benefício da dúvida, uma vez que, em setembro, estava a ser iniciado o ano letivo e, em dezembro, qual o seu espanto quando, em Rocas do Vouga, o transporte das crianças do 1º ciclo estava a ser feito unicamente com o motorista, o que era uma ilegalidade, já para não falar da insegurança no transporte das crianças. Disse esperar que a resposta àquela exposição não fosse a mesma que já lhe tinha sido dada há um ano atrás, quando tinha exposto a situação pela primeira vez porque, se assim fosse, podia concluir estar perante um município conivente com a irresponsabilidade. Afirmou que, se as pessoas destacadas para o acompanhamento das crianças, adoecerem, o que é natural, devia haver uma alternativa e, se os assistentes operacionais nas escolas e jardins de infância eram poucos, então, abriam mais concursos, devendo haver alternativa, pois, se ela não estava prevista atempadamente, quem estava a falhar? Perguntou de quem seria a culpa se acontecesse um acidente ou um incidente, do motorista? Mais perguntou quem iria lavar as mãos se o pior acontecesse. Falou sobre o Plano Municipal de Saúde, uma moção apresentada pela bancada do PSD e aprovada por todas as bancadas, naquela Assembleia Municipal, a 26 de abril, que visa uma parceria com um conjunto de entidades locais ligadas à área da Saúde, Assistência Social, IPSS e Bombeiros Voluntários, entidades que melhor conhecem a realidade do concelho. Salientou a importância daquele programa que iria ajudar a definir uma política de saúde municipal mais concertada e complementar às já definidas por outras entidades oficiais, pondo em prática ações com vista à prevenção da doença e promoção da saúde. Afirmou que, para pôr o Plano Municipal de Saúde a funcionar, não era preciso esperar pela transferência de competências de 2021, mas sim vontade. Perguntou se alguma coisa tinha sido feita nesse sentido, ou se as moções ali aprovadas eram só para ficar em ata. Referiu que, se o município alinhasse os planos nacionais e locais de saúde, estaria em melhores condições de criar e proporcionar respostas adequadas às necessidades de saúde da população do concelho, quando a transferência de competências fosse uma realidade, à qual não podem escapar. Afirmou que a questão centrava-se em algo muito simples, atender às necessidades da população que precisava e/ou ignorar, porque dava trabalho e requeria verba que não estava cativada no orçamento de 2020, ou seriam os cinco euros suficientes para a área da saúde? Deixo o alerta para a segurança rodoviária da E.M. 328-1, porque após o desbastamento dos taludes da berma da estrada, verificavam-se zonas onde era urgente colocar protetores de berma, nomeadamente na zona da Abobareira e na entrada da freguesia de Rocas do Vouga. Alertou, também, para a forma como os sobrantes estavam a ser tratados, uma vez que os mesmos ficavam na berma da estrada, ocupando parte desta, sem qualquer tipo de

sinalização e, tendo em conta que, em dias de nevoeiro, circular na E.M. 328-1 era um desafio, visto a marcação da mesma estar muito desgastada, com aqueles sobrantes a ocupar parte da via, estavam reunidas todas as condições para haver incidentes. Disse ser visível, nos últimos dias, no rio Vouga, a presença de uma substância algo estranha, não sabendo se é neve, visto estar-se na época natalícia, ou se os peixes estavam a fazer uma festa de espuma. Disse não ser algo normal e que não era a primeira vez que acontecia. Perguntou se alguém tinha feito vigilância e apuramento do sucedido ou se apelar à ecologia era só em palavras.-----

A intervenção seguinte foi a de **Jorge Graça** que, em primeiro lugar, e em representação da bancada do PS saudou, de modo especial, a população de Couto de Esteves por os receberem na sua terra, de forma simpática e acolhedora e, ainda, uma saudação particular ao senhor presidente da Junta, Sérgio Silva e restante executivo da mesma, pelo seu empenho em recebê-los da melhor maneira possível. Disse ver a deslocalização da Assembleia Municipal de forma muito positiva, por duas razões principais, por permitir ir ao encontro das populações e estar mais próximos das pessoas e, ainda, o facto de a sede do município não poder acolher aquela assembleia, por motivos de obras de remodelação e melhoria, que de há muito tempo se impunham e que muitos reclamavam. De seguida, destacou alguns assuntos que disse considerar de relevância no concelho, começando por elogiar o executivo em relação aos transportes escolares, pois tinham sido repostos todos os transportes intermédios, permitindo que os alunos com tardes livres pudessem regressar a casa no fim dos períodos letivos diários. Disse que, no início do ano letivo, tinha havido necessidade de fazer alguns ajustamentos, principalmente em resposta aos ajustamentos e alterações de horários feitas pelo Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, como é recorrente quase em todos os inícios de ano letivo, e que a resposta da Câmara Municipal tinha sido célere e eficiente e, como presidente da Associação de Pais, em nome dos pais e encarregados de educação, agradeceu o esforço da Câmara Municipal naquele assunto. Destacou, também, a continuidade da execução do projeto Naturvouga, estando praticamente finalizada a erradicação das espécies invasoras, bem como a compra dos terrenos das margens estando, ainda, em prática a desmatção e limpeza de alguns daqueles terrenos. Disse que, apesar de ainda não estar concluído, já permite avaliar e usufruir de alguns dos resultados positivos como, por exemplo, a apreciação e deleite da beleza do leito do Rio Vouga, agora já bem visível a partir da estrada E.N. 16, bem como de muitos dos troços da ecopista. Disse não haver dúvida de que é um importante projeto que dará frutos em termos turísticos. Destacou um acontecimento desportivo, de âmbito nacional, que muitos não valorizavam devidamente a nível concelhio, que é a segunda edição do VougaTrail, a acontecer a 11 e 12 de janeiro, em Sever do Vouga, evento da responsabilidade da AZ Trail em parceria com a Câmara Municipal. Referiu que aquela prova integrava três trails com distâncias de 47, 27 e 17kms, sendo que as duas mais longas integravam as provas do Circuito Nacional da Associação de Trail Running Portugal. Disse estarem, também, integradas naquele evento uma caminhada de carácter inclusivo e solidário e a Vouga Kids, destinada a crianças. Referiu que esperavam 1250 participantes e que as inscrições estavam esgotadas, o que relevava o sucesso da primeira edição e o gosto com que os participantes retornavam a Sever do Vouga. Deu os parabéns à Câmara Municipal por apoiar e fazer parte da organização conjunta daquele evento, sendo dessa forma que Sever do Vouga se dava a conhecer e se valorizava. Realçou e saudou, também, o nascimento de uma nova associação no concelho, a Associação SeVerde, que tem como objetivos principais a preservação e a defesa do ambiente, pretendendo a diferenciação de muitas das já existentes, não se deixando politizar nem cair em posições extremistas e fundamentalistas que, na sua opinião, e na de muitos, só as descredibilizavam. Disse esperar que a SeVerde se mantivesse no rumo certo e apelou à Câmara Municipal que, dentro do possível, apoiasse e se apoiasse naquela associação, de modo a defenderem o planeta, procurando a almejada sustentabilidade do mesmo, para passarem o planeta para as gerações vindouras, pelo menos, nas mesmas condições em que

o tinham recebido. Terminando a sua intervenção, disse ter-se apercebido de alguma eventual contaminação, propositada ou não, da comunicação entre o senhor presidente da Câmara Municipal e a direção do Clube Recreativo e Cultural de Talhadas, em relação à possibilidade de dotar o seu campo de futebol com relva sintética, e perguntou ao presidente da Câmara se estava de todo fora de hipótese, no seu horizonte temporal, o apoio da Câmara Municipal à execução daquela obra ou se, avaliando as possibilidades e o interesse, principalmente em termos de garantias de continuidade da atividade desportiva do CRC, ponderava vir a apoiar aquela obra.-----

De seguida, interveio **Paula Coutinho** que começou por fazer referência ao facto de a atual freguesia de Couto de Esteves ter sido, em tempos, mais precisamente no ano de 1128, sede de concelho, tendo sido muito importante e tendo escrito história nos tempos de Dona Teresa e Dom Afonso Henriques que, conjuntamente, assinaram o foral. Afirmou que, atualmente, aquela humilde freguesia tinha sido esquecida pelos governantes, pelo executivo, que viam nela poucos votos e, portanto, não aliciavam à concretização das obras orçamentadas, prova disso era a 3ª revisão orçamental, datada de 8 de junho de 2019, em que tinham retirado cinquenta e dois mil euros de uma obra da freguesia de Couto de Esteves sem a mesma estar executada, nem tão pouco iniciada, obra essa, que vinha sendo prometida ano, após ano, e, apesar de voltar a ser apresentada no orçamento, não havia a garantia de que a mesma avançasse. Disse que, nem tudo era mau, pois, naquela data, iniciavam, e bem, a descentralização das assembleias municipais, iniciativa já falada pelo PSD, noutros mandatos e, até, no atual mandato. Disse não poder deixar de congratular pelo feito, uma vez que proporcionava aos fregueses a possibilidade de assistirem ao que era discutido, com maior proximidade e, ao mesmo tempo, proporcionava a muitos colegas a possibilidade de conhecerem, ainda melhor, a sede da sua freguesia. No entanto, disse que a freguesia de Couto de Esteves precisava de um novo olhar do executivo, citando os seguintes: o Centro Escolar de Couto de Esteves, onde a chuva caía nos corredores e a falta de aquecimento tinham de ser solucionados com urgência e, embora sabendo que o aquecimento global existia e que afetava todo o planeta, não era motivo para descurar das condições daquele edifício, mas fazer novas construções era manter as existentes em boas condições; perguntou que plano existia para o rio Vouga, onde, volta e meia aparecia poluição; perguntou se era desta que o Largo do Couto seria intervencionado; perguntou quando seriam feitos arranjos urbanísticos na calçada dos Amiais; perguntou para quando seria o arranjo da entrada do Vilarinho; questionou quando seria realizado o arranjo da estrada principal no lugar da Mouta, com locais onde a estrada estava a ceder; perguntou quando e como tencionavam resolver a situação da estrada do Chão do Linho, que fica submersa, em cerca de um metro de água, quando a cota da barragem está no máximo; perguntou para quando seria reposta a margem do rio Vouga e uma praia fluvial na albufeira da Barragem de Ribeiradio-Couto de Esteves; perguntou quando iriam aceder à sugestão do PSD em ser criado um parque de autocaravanas. Para finalizar, disse que, certamente tinham tido a oportunidade de fazer a estrada que liga Sever do Vouga a Couto de Esteves e depararam-se com umas lombas irregulares nesse mesmo troço, sobretudo na zona de Vila Seca e Nespereira de Baixo, perguntando para quando a resolução daquele obstáculo.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que quis, antes de mais, pedir desculpa por uma falha, de não ter, desde logo, sublinhado e agradecido ao Sérgio Silva, presidente da Junta, por ser o anfitrião. Referiu que, aquando da sua intervenção anterior, tinha questionado, essencialmente, sobre duas questões e, lamentavelmente, verificava que elas ainda não tinham tido o desenvolvimento que pensava todos desejariam, portanto, exigia à Câmara Municipal que fosse mais insistente do que aquilo que tinha sido ao longo dos últimos tempos porque, infelizmente, numa visita à barragem de Couto de Esteves, tinha reparado no entulho abandonado pela EDP e questionou porque é que aquele entulho estava lá, tendo obtido como resposta que era para consolidar a margem e que havia um acordo, por parte da Câmara Municipal, que assim fosse, portanto, se aquele entulho lá

estava, era porque a Câmara Municipal tinha dito que sim. Disse não acreditar que a reposição da praia estivesse presa pelo plano de ordenamento, que tinha a ver com outras matérias de construção e de desenvolvimento turístico. Disse pretender, através do senhor presidente da Assembleia Municipal, fazer esse requerimento ao presidente da Câmara, para que fornecesse ao órgão deliberativo cópia das objeções que tinham sido enviadas à APA, de modo a perceberem qual é que era, afinal, a estratégia da Câmara Municipal, uma vez que não tinha sido discutida em Assembleia Municipal. Por último, quis sublinhar um ponto trazido pelo colega Jorge Graça, quando falou do transporte escolar, dizendo que ele era, na verdade, um privilegiado porque a freguesia de Talhadas tinha entendido que se deveria pagar o transporte escolar durante toda a escolaridade obrigatória e noutros pontos do concelho, apesar da Assembleia Municipal ter aprovado uma deliberação no sentido de recomendar à Câmara Municipal passasse a ser gratuito todo esse transporte escolar e as demais freguesias continuavam à espera. Disse era pena que assim fosse, porque não havia razão nenhuma para que não se resolvesse, de uma vez por todas, esse assunto.----- Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal**. Começando pela intervenção do senhor presidente de Junta de Freguesia de Talhadas e relativamente às respostas dos assuntos de intervenção nas estradas, disse terem conversado sobre isso muitas vezes e que, inclusivamente, tinham ido ver o local e que já lhe tinha falado da situação da estrada de Vide, das lombas de Ereira, como estava o ponto de situação em relação a isso. Disse que, na última reunião de Câmara Municipal, tinha estado a esposa do presidente da Junta e que a mesma tinha sido informada sobre aquela situação. Referiu que tinha enviado essas respostas. Relativamente à situação das estradas, afirmou que o presidente de Junta tinha conhecimento, uma vez que, na preparação do orçamento, tinha-lhe dito como é que estavam os pequenos troços da Ereira, a ligação da Ereira à Vide e quando é que isso iria ser feito, não percebendo porque é que tinha de andar sempre a perguntar como é que estava a estrada da Ereira e da Vide. Em relação à Macida, disse tratar-se da mesma coisa e que todas elas constavam do plano e orçamento e dos planos de investimentos, sendo elas realizadas a seu tempo. Quanto à abertura do Espaço do Cidadão, disse não ter sido frisado, ali, que tinha havido uma grande colaboração, da Câmara Municipal, no sentido da responsabilidade em relação a isso, portanto, estava contente por ter sido atribuído o balcão a Talhadas. Relativamente ao centro escolar, afirmou que, por várias vezes, tinha sido dito ao senhor presidente da Junta que o planeamento escolar e o planeamento das edificações escolares passava sempre pela discussão da carta educativa, pelo Conselho Municipal de Educação e pela alteração da carta educativa, portanto, tinha de ser feita uma reorganização da carta educativa e depois, daí, é que iria sair, ou não, a proposta da criação do centro escolar, conforme a necessidade. Sobre a zona industrial, disse estar à espera de informação, por parte da junta, para que o assunto possa andar, embora tivesse muitas dúvidas que fosse para avançar com a zona industrial pelos locais onde o presidente de Junta quer, mas que iria ajudar para avançar com a hipótese, sendo ela autorizada, uma vez que não dependia de si. Disse existirem condicionantes, quer do PDM, quer ao nível de outras instituições do governo e que, naquele caso, havia ali muitas zonas com zonas de inclinação máxima, zonas de proteção de incêndios, portanto, tudo isso iria passar por pareceres das várias instituições. Sobre a delimitação da freguesia de Talhadas, referiu que a mesma estava estabelecida e que estava aprovada na CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal e, se houvesse alguma coisa que estava mal, tinha sido decidido, na altura, pelas partes e que não era do seu tempo na Câmara Municipal. Mais disse que as delimitações tinham sido todas aprovadas pelas Juntas de Freguesia e pelas Assembleias de Freguesia e órgãos Municipais. Referiu que, se alguma coisa houvesse a alterar, o processo teria de ser reiniciado e era o presidente de Junta que tinha de avançar com ele, primeiro nos seus órgãos, para depois se iniciar o processo, que era complicadíssimo e que tinha de ter o acordo de todas as partes e, só no final, com o acordo das partes, é que o processo estava concluído. Relativamente à intervenção de Patrícia Santos e em relação à questão dos transportes escolares, informou que o transporte efetuado em veículos ligeiros,

não obrigava a ter acompanhamento. Mais disse que, em transportes superiores a nove lugares, normalmente, havia um acompanhante em todos eles, sendo óbvio que, num dia ou outro, pudesse faltar alguém. Quanto ao plano municipal de saúde, disse que iriam pensar em fazer isso quando fossem obrigados a aceitar a competência da saúde. Quanto à limpeza das faixas de gestão de combustível na E.N. 328-1, informou que as mesmas já estavam a ser realizadas e que tinha havido uma dificuldade inicial, querendo ali referir que, possivelmente, se tinham apercebido no orçamento. Referiu ter sido investido muito dinheiro na limpeza das faixas de gestão de combustíveis e que tinham tido alguma dificuldade em encontrar empresas que quisessem fazer esse trabalho devido à grande procura por parte de outros municípios. Referiu ainda, que, após a limpeza das faixas, os sobrantes não eram imediatamente retirados, no entanto, na referida estrada, já estavam a ser retirados. Sobre a espuma no Rio Vouga, o presidente da Câmara Municipal disse que a mesma não era poluente e que acontecia sempre que havia descargas maiores na barragem. Relativamente à intervenção de Jorge Graça, o presidente da Câmara Municipal disse ter ficado contente por alguns elogios e satisfeito com a questão da Naturvouga. Sobre o Vouga Trail, disse ser um evento de categoria nacional que tinha esgotado a sua lotação. Relativamente à relva sintética do campo de Talhadas, informou ter reunido com a direção da associação, onde lhes tinha transmitido estar atento à situação, mas não para proceder à execução daquela obra no imediato, pois a situação teria de ser bem avaliada e o município teria de ter algumas garantias em relação à continuidade da prática de futebol por parte da associação antes de avançar com a obra. Relativamente à intervenção de Paula Coutinho, o presidente da Câmara Municipal disse que o município não andava a retirar verbas a ninguém. Sobre a questão dos pavimentos, afirmou que o caos não era tão grande como a deputada dizia, embora admitisse existirem algumas estradas bastante degradadas. Relativamente ao aquecimento da escola, informou que, efetivamente, estavam a ser realizadas obras para repor o aquecimento na escola, não estando completas por faltarem umas peças cujo fornecimento estavam a aguardar. Em relação à questão de retirar as verbas de cinquenta mil euros, o presidente da Câmara Municipal disse querer esclarecer que a Câmara Municipal não tinha retirado verbas a ninguém, muito menos à freguesia de Couto de Esteves, sendo que, a verba que estava destinada àquela obra, e que tinha sido transposta para outras obras, resultava do facto de aquela obra ter verba alocada que podia ser realocada para outra obra, uma vez que ainda não estava adjudicada. Explicou que, quando uma obra ia a concurso, era necessário haver verba para a executar, mas que, enquanto ela não fosse executada, a verba podia transitar para outras obras que, entretanto, iriam a concurso. Sobre o Largo do Couto, o presidente da Câmara Municipal disse que o projeto estava na fase final para ser aberto um concurso para, depois, lhe ser realocada a verba. Relativamente à calçada dos Amiais, informou que a mesma e os arranjos nos Amiais dependiam de uma candidatura, já apresentada e aprovada, portanto, iria, finalmente, avançar, tendo-se esperado um pouco mais para poder receber uma maior participação. Quanto à estrada do Vilarinho, o presidente da Câmara Municipal informou que, só depois da execução do muro é que a estrada seria reposta. Sobre a praia fluvial, afirmou que o membro António Monteiro tinha confundido duas coisas, pois, uma era o plano de ordenamento da barragem, que não era o mesmo da condicionante da praia fluvial e, embora a entidade fosse a mesma, tinha estado a complicar o processo. Mais disse que o facto de a praia fluvial ainda não ter arrancado não tinha a ver, propriamente, com a aprovação do plano de ordenamento, sendo que a praia fluvial tinha condicionantes e complicações sobre as quais a APA colocava questões sistematicamente. Disse ter respondido às questões colocadas pela APA e que, entretanto, tinha sido recebida outra comunicação daquela entidade, através da EDP, que tinha distribuído pelos técnicos responsáveis para discussão e preparação das respostas a apresentar à APA. Referiu ter questionado a APA sobre quando é que iriam enviar o parecer favorável para a praia fluvial, ou chamada zona de fruição de Couto de Baixo, dizendo que a resposta dada tinha sido a de que tinham respondido à EDP, por ser a dona da obra, entidade que tinha feito

chegar a sua posição ao município. Informou que já tinham respondido às questões há muito tempo. Também se questionou sobre o tratamento das mimosas ou das infestantes e a questão das escavações arqueológicas ou da proteção de materiais arqueológicos naquela zona. Disse existir uma série de questões às quais iriam responder para ver se, finalmente, vinha o aval, da parte da APA, para que se lançasse a empreitada da praia fluvial, porque o obstáculo era apenas esse. Mais referiu que o plano de ordenamento era uma coisa mais abrangente e mais complexa e que iria enviar ao membro António Monteiro a carta do pedido de respostas da EDP, para a zona de fruição, assim como o contributo do município. Por fim, e dirigindo-se a Paula Coutinho, o presidente da Câmara Municipal disse que estava pensada a construção de um parque de autocaravanas para lugar próximo à praia fluvial.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Patrícia Santos**. Dirigindo-se ao presidente da Câmara, disse que, se ele não sabia de que transporte estava a falar, só comprovava a sua teoria de que faziam os contratos, mas, depois não verificavam aquilo que era feito. Procedeu à leitura do Diário da República, n.º 75 de 2016, Série IA 17 de abril, artigo 2º: *“a presente lei aplica-se ao transporte de crianças realizado em automóvel ligeiro ou pesado de passageiros público ou particular efetuado como atividade principal ou acessória. A presente lei não se aplica aos transportes de táxi e aos transportes públicos regulares de passageiro, salvo se estes forem especificamente contratualizados para o transporte de crianças.”* Por fim, disse que, aquilo de que tinha conhecimento era de que o transporte tinha sido contratualizado para crianças.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que Patrícia Santos tinha de ler o esclarecimento que refere, até aos nove lugares, não é necessário haver um acompanhante. Disse continuar sem saber a que transporte é que se referia.-----

Patrícia Santos disse ter-se referido a Rocas do Vouga.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que, em Rocas do Vouga, o transporte era feito com carrinha da Junta de Freguesia, e que até nove crianças não é preciso acompanhante, concluindo que depois lhe iria mostrar o esclarecimento à lei.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Silva**. Referiu que, quando tinha colocado as questões na sua intervenção, tinha sido numa perspetiva de preocupação e, relativamente ao aquecimento no centro escolar de Couto de Esteves, não tinha conhecimento e que tinha ficado a saber, ali, que estavam a decorrer trabalhos, ou melhor, sabia que, há oito anos, que os trabalhos estavam a decorrer e nunca mais tinham aquecimento. Disse ser apanágio da Câmara Municipal fazer as coisas e não informar os presidentes de Junta de Freguesia, mas que não era isso que era grave, grave era as crianças estarem ao frio. Disse preocupar-se porque, realmente, não era apenas em Couto de Esteves que a iluminação led ainda não tinha chegado, não era apenas em Couto de Esteves que as estradas estavam em mau estado, não era apenas em Couto de Esteves o problema dos contentores e, afinal, saía dali ainda mais preocupado depois das respostas do senhor presidente da câmara porque, afinal, não era apenas na freguesia de Couto de Esteves que estava um caos, era mesmo o concelho todo, por isso, não sabia o que é que o executivo andava a fazer.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que o senhor presidente de junta de freguesia não se lembrava das coisas e que achava que até tinha sido ele que lhe tinha emprestado uma escada para tratar do problema do aquecimento.-----

Jorge Graça voltou a intervir para dar duas achegas em relação àquilo que tinha acabado de ouvir. Em relação aos transportes escolares, confirmou aquilo que a Câmara Municipal acabava de dizer e que, a verdade era que, se bem se lembravam, tinha havido uma greve geral do pessoal não docente e o transporte escolar que, por acaso, serve o seu filho, não tinha funcionado porque o motorista se tinha recusado a fazer o transporte sem auxiliar, o que o levava a uma segunda questão. Disse que, por acaso, tinha sido uma greve anunciada e a escola tinha acabado por não funcionar, mas num caso que houvesse um impedimento do auxiliar no transporte, e que os professores estivessem à espera dos

alunos, enquanto pai, se calhar preferia que eles fossem transportados, apesar de as condições não serem as ideais, do que ficassem em casa sem aulas.-----
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----
A primeira intervenção foi a de **Patrícia Santos** que, em representação da bancada do PSD, felicitou o município por mais um ano ter promovido a campanha de Natal intitulada “Este Natal, compro no comércio tradicional” e ter apostado num reforço das iluminações natalícias, que de natalícias, tinham muito pouco. Citou a informação escrita “*promover junto dos comerciantes a cooperação para o processo de decoração das entradas dos seus estabelecimentos, apelando à época natalícia.*” Referiu que, após apelarem aos comerciantes para decorarem as suas portas, também os tinham alertado que teriam de tirar as devidas licenças para utilização do espaço público. Disse que, promover e dinamizar o comércio local, e depois multar os comerciantes, era algo contraditório. Deixou o reparo que, na época natalícia, envolver as escolas na dinamização dos diversos espaços públicos, quer nas suas freguesias, quer no centro da vila, fosse uma forma de viver o Natal na sua verdadeira essência. Disse ter verificado que se iria proceder à remodelação da iluminação pública no centro da vila, ou seja, os projetores de chão, o que estava muito bem, mas, perguntou sobre a remodelação da iluminação pública nas aldeias, uma vez que eram várias as queixas dos munícipes que, nas suas localidades, tinham ruas sem iluminação ou, então, iluminação intermitentemente, poste sim, poste não. Ao analisar a informação sobre o Centro Escolar, disse ter verificado que, em três meses, aquela obra tinha sofrido uma desevolução, uma vez que a taxa de execução de setembro era de 53,22% e, atualmente, era de 52,84%. Perguntou se os restantes 47,16% que faltavam concluir, a sete meses da conclusão da obra, estariam executados na data prevista de conclusão da obra, ou teriam mais um pedido de prorrogação em junho, já para não falar das penalizações diárias, das quais só teriam informação no fim da obra. Referiu que o problema era saber quando seria o fim da obra, para terem uma visão clara de quais seriam os ganhos e as perdas, porque, a partir do momento em que a obra sofria prorrogações, já estavam todos a perder. Perguntou se os pequenos troços estavam finalizados, uma vez que na última assembleia, tinham sido informados, pelo presidente, que, na “*segunda semana de outubro os mesmos estariam concluídos*”. Perguntou porque é que ainda aparecem na informação escrita, com uma taxa de execução de 83,45%, se estavam concluídos. Sobre a travessa da Variante de Cedrim, afirmou ser mais uma daquelas obras que iriam aparecer em todas as informações escritas, e que era a sucessora da Estrada da Arrota. Mais disse ser uma obra parada no tempo e no espaço porque, mais uma vez, não tinham sido previstas todas as especificações inerentes à obra e que, se a AdRA não se comprometia, quem iria comprometer-se.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Ana Tavares** que disse terem todos gosto em ver a sua terra iluminada na época de Natal e que, no ano transato, o executivo tinha sido alvo de muitas críticas relativamente às decorações de Natal. Reconheceu que, no presente ano, o executivo tivesse feito um esforço para melhorar. No entanto, o resultado tinha sido um desapontamento enorme. Disse ter percebido, também, que o executivo tinha convidado os comerciantes para que participassem na dinamização do comércio local e, ainda, que os comerciantes tinham sido visitados pelos fiscais e as decorações que tinham colocado para embelezar as suas lojas e ruas tinham sido alvo de possíveis multas. Perguntou se aquilo que tinha dito correspondia à verdade e se tinha sido exatamente daquela maneira. Referiu, ainda, que a verba utilizada para a iluminação de rua do presente ano tinha sido de onze mil euros, o dobro do ano anterior e que, àquele valor, acresciam quinze mil, seiscentos e noventa euros para uma estrutura a que chamaram árvore de Natal, mas que a

maioria não reconhecia como tal. Por exemplo, nas redes sociais, a Câmara Municipal tinha sido alvo de piadas relativamente à dita árvore. Perguntou se, com uma verba de vinte e seis mil, seiscentos e noventa euros não seria possível fazer melhor pelo concelho. Continuou a sua intervenção dizendo que, na última Assembleia Municipal, tinha questionado o executivo sobre o estado dos parques infantis existentes, assim como, a possibilidade da construção de novos parques. Disse ter sugerido, também, ao executivo, que reunisse com os senhores presidentes de junta. Perguntou se o executivo tinha realizado algum trabalho naquele sentido, uma vez que não constatou nenhuma verba disponibilizada para tal. Para finalizar, disse que gostaria de ouvir, do executivo, se estava em condições de garantir que o novo centro escolar estivesse pronto para o próximo ano letivo. Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal, disse que o orçamento era muito mais do que um jogo e que todos esperavam que as questões fossem debatidas com mais seriedade.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro** que disse querer abordar uma questão que, não estando na informação escrita, já tinha sido colocada, várias vezes, oralmente, por escrito, por mais de uma bancada e que se prendia com o relatório do Ecocentro. Disse não conseguir perceber porque razão é que, até à data, essa resposta não lhes tinha sido dada. Por essa razão, aproveitou para relembrar, especialmente o presidente da mesa da Assembleia Municipal, de que, mais uma vez, havia, provavelmente, necessidade de agendar uma próxima Assembleia Municipal ao abrigo da alínea f), n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, para uma avaliação do comportamento, por parte da Câmara Municipal, que se recusava a dar informações que tinha sido requerida, oficialmente, pela Assembleia Municipal. Disse ser uma questão que, também, estava relacionada com o respeito institucional perante aquele órgão e que a Câmara Municipal tinha o dever de respeitar. Disse esperar que fosse entregue o relatório do que tinha corrido mal na empreitada do Ecocentro com a imputação das responsabilidades porque, evidentemente, aquilo que tinha corrido mal com a construção do Ecocentro era exatamente aquilo que estava, atualmente, a correr mal com a construção do Centro Escolar, que já deveria estar concluído e iniciado um ano letivo no mesmo e que a Câmara Municipal tinha vindo a prorrogar sem que percebessem porquê. Disse aguardar que essa resposta fosse enviada com brevidade, por e-mail, porque, se não, teria de pedir que fosse convocada uma reunião para fazer uma avaliação da Câmara Municipal perante a Assembleia Municipal.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** e, começando pela intervenção de Patrícia Santos, relativamente à decoração de natal, disse que os gostos eram relativos e que alteravam a decoração, anualmente, no sentido de melhorar a mesma. Relativamente ao desafio que tinha sido feito aos comerciantes, para embelezarem as montras e os espaços, disse lamentar o sucedido e que tinha tido conhecimento de um caso. Disse entender ter acontecido por um excesso de zelo por parte da fiscal municipal, a quem tinha chamado a atenção, ter falado com ela no sentido de que isso não voltasse a acontecer, por ter sido ele próprio a desafiar os comerciantes, com quem tinha reunido, a participarem de uma forma mais ativa para as pessoas comprarem no comércio local, portanto, tudo aquilo que se tinha feito em prol disso, bem hajam. Informou que ninguém tinha sido multado e que a fiscal não tinha poder para multar ninguém, apenas intervinha com as pessoas e participava eventuais irregularidades, competindo aos seus superiores a decisão final. Relativamente à iluminação pública, o presidente da Câmara Municipal disse que a mesma tinha problemas, de vez em quando, como todas as outras, e que tinha andado um piquete, quase em permanência, em Sever do Vouga e, normalmente, não demoravam assim tanto tempo a repor lâmpadas. Relativamente ao prazo do centro escolar, disse não poder adivinhar se iriam terminar a tempo ou não e que a obra estava a desenvolver-se em cima de uma prorrogação de prazo, autorizada até ao dia 30 de junho de 2020. Referiu que, semanalmente, eram realizadas reuniões na obra com a fiscalização e com os técnicos da Câmara Municipal, que lhe faziam chegar informação sobre aquilo que estava a acontecer. Mais disse que o empreiteiro era chamado a atenção para os possíveis atrasos e para

proceder ao reforço de pessoas em obra. Explicou que, em termos técnicos, as percentagens de execução eram medidas de outra forma, não sendo possível ver o avanço das obras através das mesmas, havendo questões que, em caso de conclusão, apresentaria uma execução muito maior. Disse acreditar que, até 30 de junho de 2020, como previsto na prorrogação, a obra se fizesse. Sobre os pequenos troços e travessa de Cedrim, o presidente da Câmara Municipal disse que as duas obras estavam praticamente terminadas, faltando pormenores. Disse que, o reporte feito à execução das obras era de há dois ou três meses, portanto, depois disso já tinham sido executadas, faltando apenas repor uma caixa e um pedaço de valeta na travessa de Cedrim e a pintura de um local na empreitada dos pequenos troços. Relativamente à intervenção de Ana Tavares, voltou a dizer que a decoração de Natal era uma questão de gosto e que tinha sido uma opção. Sobre a estrutura, disse que a ideia tinha sido a de criar algo diferente com marcas do concelho. Quanto aos parques infantis, o presidente da Câmara Municipal disse ter feito o levantamento de todos e que estava a ser elaborado um relatório, para cada um deles, daquilo que necessitavam para estarem operacional a cem por cento. Relativamente às respostas ao membro António Monteiro, disse lamentar que ainda não tivesse feito chegar o relatório do Ecocentro, uma vez que já tinha o relatório técnico do Ecocentro, e que pensava ter-lho enviado aos membros do PSD, que tinham feito o mesmo pedido. Deu a sua garantia de que, nos próximos dias, lhes fizesse chegar o relatório técnico do Ecocentro.-----

De seguida, interveio **Jorge Graça** que quis dar uma achega em relação à iluminação de Natal, e, em relação às comparações com Águeda, disse que o aluguer do pai natal gigante tinha custado quarenta mil euros, mais do dobro daquilo que se gastava em Sever do Vouga. Sobre o facto de Sever do Vouga ficar aquém de Águeda, disse que aquele município tinha uma dimensão maior e centenas de milhares de euros. Mais disse que a oposição apresentava problemas, mas não as soluções e que, por cada intervenção quase que esgotavam o que restava do orçamento. Pediu que houvesse alguma ponderação. Afirmou que a assembleia estava a discutir a qualidade da iluminação, mas, em Águeda, discutia-se o facto de aquela Câmara Municipal, coercivamente, ter retirado luminárias públicas e, atualmente, estava a negociar com os presidentes de junta a reposição dessas luminárias. Por fim, disse que os contributos tinham sido positivos, mas pediu um bocadinho de ponderação.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que disse ser importante fazer uma precisão, para que não estivessem equivocados quanto ao que era pretendido, na sequência da resposta do presidente da Câmara Municipal, sendo que, o requerimento oral que tinha feito, várias vezes, era para que fosse entregue o relatório que apurava as responsabilidades pelo atraso da empreitada e que tinha de explicar por culpa de quem é que aquela obra não tinha corrido bem, ou seja, o que é que tinha sucedido e quem é que iria ser responsabilizado pelo atraso e pelos prejuízos que o mesmo tinha causado.-----

Foi, ainda, dada a palavra, novamente, a **Patrícia Santos** que quis fazer um pequeno reparo. Disse considerar que a bancada do PSD tinha apresentado bastantes soluções aos problemas que ia apresentando, dando como exemplo o plano municipal de saúde, de que tinha falado naquela sessão. De outro exemplo, dizendo que tinha deixado o reparo, na sua intervenção, para que, na época natalícia, envolvessem as escolas na dinamização dos diversos espaços públicos, quer nas suas freguesias, quer no centro da vila, que fosse uma forma de viver o Natal na sua verdadeira essência. Disse que tudo aquilo eram propostas e soluções aos problemas apresentados. Sobre a iluminação, afirmou que, se a mesma não agradava a todos, era problema de cada um, pois os gostos não se discutiam e que, em momento algum, a bancada do PSD tinha dito que não gostava da iluminação, apenas tinha dito que só não achava natalícia o suficiente para a época.-----

Ana Tavares retomou o uso da palavra para repetir a pergunta que tinha colocado na sua intervenção, ou seja, se com os vinte e seis mil e seiscentos euros não seria possível fazer melhor. Afirmou não ter falado em gastar mais dinheiro.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal**. Em resposta ao membro Antônio Monteiro, disse não ter tido conhecimento de que a obra do Ecocentro tivesse corrido mal e que era uma grande obra existente no município. Convidou o membro a visitar o Ecocentro e a ver o seu funcionamento. Referiu que o seu financiamento tinha corrido muito bem, portanto, se a obra corresse mal, não tinha havido desbloqueamento do financiamento. Por fim, e quanto à questão sobre uma iluminação melhor com menos dinheiro, afirmou que não sabia e que eram realizados procedimentos normais, com pedidos de orçamento a várias empresas, tendo-se optado por aquela que fazia o preço mais baixo.-----

1.2 Orçamento Municipal 2020: - Depois da apresentação da proposta pelo presidente da Câmara Municipal, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido dada a palavra a **Tony Martins** que começou por dizer que o orçamento, para o ano de 2020, estabelecia as linhas orientadoras, os objetivos, e a estratégia de investimentos para o município, sendo por isso, um documento de vital importância e que definia em si, o futuro que o executivo tinha delineado para o concelho e os seus cidadãos. Disse ser, para si, muito claro que qualquer decisão, boa ou má, teria um impacto direto no futuro do concelho. Assim sendo, a elaboração daquele documento exigia um rigor e uma responsabilidade acrescida, devendo ser preparado com a devida antecedência e de uma forma cuidada para que não fosse objeto de pressões contraproducentes por via de prazos, que apertam, ou ainda mais grave, falta de tempo para um bom planeamento. Afirmou que o orçamento não podia ser uma mera declaração de intenções e que a bancada do PSD, desde a primeira hora em que tinha assumido as suas funções naquela Assembleia Municipal, tinha tido sempre uma postura de oposição construtiva, onde o que realmente interessa é o desenvolvimento do concelho e o bem-estar dos severenses, disponibilizando-se a colaborar e a prestar contributos que, infelizmente, tinham ficado “arrumados” numa qualquer gaveta do município e pior, ainda, dizendo não terem recebido nada. Afirmou que o orçamento para 2020 não tinha sido exceção e que, após uma análise cuidada, tinha reparado que o executivo apresentava à digníssima Assembleia Municipal um documento que lhes tinha merecido as seguintes considerações:-----

1º O orçamento denota bem a forma ligeira e superficial como tinha sido tratado, quanto ao processo e procedimentos, isto é, tinha “atropelado”, ou melhor, “cilindrado” completamente a Lei do estatuto de oposição (Lei n.º 24/98) que, no n.º 3 do artigo 5º, que passou a citar: *“Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.”*-----

Citou, ainda, o n.º 2 do artigo 4º da mesma lei: *“As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.”*-----

Nesse sentido, e para que constasse em ata, disse registar que, nem o PSD, nem os seus vereadores eleitos e, muito menos, os membros da Assembleia Municipal do PSD, tinham sido tidos em consideração em todo aquele processo, violando, assim, a referida lei do estatuto de oposição. Salientou que essa atitude não dignificava em nada a democracia, desprezando indiretamente os cidadãos que tinham votado no PSD e outros partidos aí representados, ou não, e, pior ainda, tinha prejudicado diretamente o futuro do concelho e dos severenses, que eram a razão de todos estarem ali a prestar o seu contributo, o seu saber e a sua experiência, muitas vezes com sacrifícios pessoais, familiares ou de tempo, já que todos tinham as suas vidas profissionais. Afirmou não poderem, nem deverem andar ali a “brincar aos orçamentos”, pois o tempo era valioso demais e não podiam permitir o “esbanjar” de qualquer forma, sabendo que a responsabilidade de vidas e futuros

dependiam dos atos e decisões que eram tomadas pelo executivo e por todos os membros, sendo um exemplo claro disso as sucessivas revisões orçamentais pois, no presente ano, já iam na quarta revisão orçamental. Referiu que a quarta revisão retirava quatro obras cabimentadas, e que não tinham sido executadas, no valor aproximado de novecentos mil euros e que, dessa forma, iriam ser confrontados com um “*aumento de poupança*” virtual, tudo graças ao investimento, que não tinha sido feito. Afirmou que iriam continuar “*a esperar*”, a perder o tão valioso tempo, até que os seus filhos crescessem, se tornassem homens e mulheres e percebessem que não valia a pena esperar mais e tomassem a decisão que ninguém quer, pelo menos o PSD não quer, que é a de procurarem outras paragens onde o tempo e o futuro contam. Referiu que, para 2020, o grande investimento centrava-se no centro escolar que, curiosamente, era o grande investimento do ano de 2019 e que previa o executivo inaugurar em agosto de 2019, mesmo após todos os alertas dados pela sua bancada, sendo que, na sessão de abril, tinha sido confirmado que tudo estava bem e que se mantinha o prazo de inauguração, mas, na sessão de junho, o executivo tinha-lhes informado sobre uma prorrogação de prazo para a execução da referida obra por mais um ano, a menos de dois meses do prazo previsto para a conclusão da obra. Afirmou que todas essas atitudes o levavam a pensar que, mais uma vez, as metas, nomeadamente naquela obra, não tinham sido cumpridas e que esperava, sinceramente, estar enganado. Pediu, por isso, e desde já, um maior empenho para o cumprimento das metas estabelecidas pelo executivo. Da sua parte, disse estar disponível para colaborar e apoiar, pois os severenses não podiam estar em “*banho Maria*” vendo o mundo a acontecer à sua volta. Disse reparar, também, que o executivo tinha “*ignorado*” completamente a área da saúde no concelho, mesmo após ter sido aprovada naquela Assembleia Municipal a moção para a criação do plano municipal de saúde, que não previa mais do que apenas cinco euros, o que demonstrava, claramente, que a saúde não era, de forma alguma, uma prioridade no concelho. Referiu que, em quase todas as sessões, tinha alertado para a necessidade de reforço de verbas para as freguesias, pois como tinha referido na passada sessão, a Assembleia Municipal era um órgão que, em primeira mão, escutava e procurava solucionar as carências e problemas dos seus municípios e que procuravam, dentro das suas disponibilidades de meios e fundos, dar uma resposta imediata na resolução dos problemas do dia a dia. Disse ser com desagrado que reparava que, no orçamento, essa verba não era reforçada, muito pelo contrário, era reduzida em cerca de dezasseis mil euros, prejudicando diretamente a gestão das freguesias. Falou de outro assunto pelo qual tinha debatido insistentemente, por considerar ser de extrema importância e também relacionado com o que já tinha sido dito anteriormente, sendo ele a juventude, dizendo que, após um grande atraso, lá se tinha formado o Concelho Municipal da Juventude, e bem. Disse considerar que as políticas de juventude deviam estar sempre presentes, e cada vez mais, pois eram eles a esperança e o futuro. Analisando o orçamento, tinha reparado na existência de uma referência, no ponto 1.10, à Assembleia Jovem e que, mesmo assim, não tinha orçamento, nem mesmo os famosos cinco euros, o que o levava a pensar que a juventude também não era uma prioridade do concelho. Referiu outra das consequências da gestão corrente que, boa ou má, cabia a cada um tirar as suas decisões, a que tinham assistido sessão após sessão, que era o facto de existirem sucessivos atrasos e adiamentos na execução das obras, com penalizações diárias, sendo realmente estranho que a rubrica “*taxas, multas e penalidades*” até previa uma baixa de receita, o que o levava a perguntar como é que isso era possível. Em resumo, disse que aquele orçamento era um “*copy/paste*”, uma continuação do orçamento de 2019, incluindo as mesmas rubricas e obras, umas que já deviam estar concluídas e outras que não eram mais que meras intenções. Dito isto, concluiu que se tratava de um orçamento pouco ambicioso e que garantia os mínimos, sem investimento nas pessoas, nos serviços e que adiava o futuro dos severenses e o desenvolvimento do concelho.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias**. Afirmou que as autarquias deviam resolver as prioridades correntes, tais como, educação, saúde, bem-estar social, entre

outras, ou seja, não se podiam sobreorçamentar e que essa decisão, por vezes refletia-se numa redução das despesas de capital. Afirmou que todos sabiam que as despesas correntes, por força das atualizações salariais, dos fornecimentos e serviços externos, da aquisição de consumíveis, entre outros, aumentavam todos os anos, o que, podia até obrigar a cortar em alguns investimentos. Referiu que o executivo, com a apresentação do orçamento para 2020, tinha decidido manter as despesas de capital no valor de quatro milhões de euros, o mesmo valor que apresentado no orçamento anterior. Analisando o orçamento para 2020, disse ter concluído, mais uma vez, que o orçamento do ano 2019 não tinha sido executado, tantas eram as despesas repetidas nas Grandes Opções do Plano para 2020 e que, analisando, rúbrica a rúbrica, freguesia a freguesia, mais uma vez tinham sido cativadas despesas, por forma a serem executadas no período pré-eleitoral autárquico. Disse ser mais fácil perguntar o que tinha sido executado, do que o que não tinha sido executado, porque muito pouco tinha sido executado. Disse constatar, facilmente, que, no orçamento para 2020, havia uma freguesia que tinha inscritas inúmeras rúbricas de despesa no orçamento, que mais parecia “*dar uma mão cheia de nada*” e que dava para perceber que era para tentar compensar o que lhe tinha sido anulado na reunião de 26 de junho de 2019, onde tinha sido reforçado o orçamento, através da inserção de dois novos projetos, Terras de Se Ver e Aprender, e, Arranjo urbanístico na Rua “Os Dois Penedos”, em Talhadas, e anulada uma despesa no Largo do Couto, no valor aproximado de cinquenta e dois mil euros. Por considerar uma falta de lealdade política para com uma freguesia, uma vez que havia outras formas de reforçar o orçamento, disse ter decidido abandonar a Assembleia Municipal e convidou os senhores presidentes de Junta, no futuro, a não votarem aquelas propostas, uma vez que, agora, tinha sido a freguesia de Couto de Esteves e, no futuro, seria outra. Colocou a seguinte questão: Será que o fariam a uma Junta de Freguesia presidida pelo partido político da Câmara Municipal? Se calhar não. Referenciou a sessão de 26 de abril, onde, face à não execução do orçamento de 2018, tinha sido aprovada a 2ª Revisão Orçamental, com um reforço da receita e despesa para 2019, no valor de dois milhões e duzentos e oito mil euros. Afirmou que, em 2020, o valor iria ser similar, ou até superior, pelo que estava nos documentos e que isso era cativar despesa orçamentada, ou seja, atrasar investimentos que há vários anos deviam estar realizados. Mais disse que o orçamento implicava obras nas várias freguesias e que, relativamente a Talhadas, tinha havido uma reunião em que apenas tinham sido discutidos os pequenos troços, sendo que, na altura, um senhor presidente de Junta, após ouvir o que o senhor presidente de Câmara tinha dito, retorquiu dizendo que eram exatamente as mesmas propostas do ano anterior. Disse não ter sido discutida mais nenhuma proposta, pelo que, de que valia ter rúbricas abertas com cinco euros se já se sabia, à partida, que não iriam ser executadas. Afirmou que a maioria das obras que constantes do orçamento, para a freguesia de Talhadas, estavam quase todas com cinco euros e que gostaria de ver, ali, plasmado no orçamento, uma obra que fosse ser executada na freguesia de Talhadas, durante o ano de 2020, ou iriam fazer aquelas obras com cinco euros cada? Salientou que um orçamento devia ser um plano financeiro estratégico que compreendia a previsão de receitas e despesas futuras para a administração de determinado ano económico e não um documento que já se sabia, à partida, que não iria ser executado, como era o caso. Mais disse que o orçamento não tinha sido executado nos anos anteriores e continuava-se a “*vendar*” os olhos no futuro. Disse ser caso para dizer “*para o ano é que vai ser!! Não se sabe é quando?!*”-----

A intervenção seguinte foi a de **Sérgio Silva** que disse estar na moda, naquela semana, a palavra “*vergonha*” e que iria usá-la, esperando não a repetir vezes demais. Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal, disse que vergonha era o que o senhor e o seu executivo deveriam ter ao ir àquela freguesia e àquela Assembleia Municipal prometer fundos e mundos quando já não havia motivos para acreditar. Vergonha, era ir àquela freguesia anunciar obras de milhares de euros quando já sabiam que, a qualquer momento, e pela calada, faziam uma modificação orçamental e o dinheiro cabimentado deslocava-se

para onde bem entendia ou, então, vinham ali anunciar obras, tal como tinha anunciado, no ano anterior, uma praia fluvial com centro e trinta mil euros cabimentados, que não chegou a ser executada e que, no presente ano, nem sequer tinha sido cabimentada em sede de orçamento. Disse ser preciso ter lata de, em vésperas de Assembleia Municipal descentralizada em Couto de Esteves, colocar as máquinas a cortar a curva das Cruz das Almas, esquecendo-se dos trinta anos de atraso dessa obra e, pior do que isso, não perceber que essa rua, a Rua do Pelourinho, continuava atrofiada nas Lavandeiras, mesmo à entrada do centro do lugar de Couto de Cima e junto à Casa da Cultura, onde nem um camião pesado passa. Disse ser uma vergonha deixar as escolas novas de Rocas do Vouga e de Couto de Esteves ao frio, e a meter água pelo telhado, e construir, em Sever do Vouga, a escola da vaidade, que custará aos contribuintes milhões de euros. Mais disse que a escola de Rocas do Vouga era uma obra com poucos anos e que até na cozinha chovia e que, no caso de Couto de Esteves, para além de lá chover, era de lamentar, também, o facto de as crianças terem que se deslocar para Rocas do Vouga para terem atividades extracurriculares. Disse ser uma vergonha ter a vila toda iluminada com iluminações de Natal, com o concelho às escuras, pois a iluminação pública não funcionava, sendo que, por cada rua iluminada com estrelinhas, no centro da vila, havia uma família ou uma rua às escuras pelo concelho fora. Referiu ser uma vergonha apregoar, por esse país fora, que Sever do Vouga é um concelho turístico e um concelho bonito, quando, por essas aldeias adiante, o lixo amontoava-se dentro e fora de contentores de lixo, durante dias e dias, e, nos meses de verão, durante semanas, até ser recolhido, onde dezenas de gatos e cães abandonados, em várias aldeias, se consolavam a remexer e a espalhar o lixo. Disse ser uma vergonha continuar a apostar naquele orçamento, em festas e, agora, também, em festivais, galas e tainadas quando a população continuava sem água, sem saneamento, sem acessos, sem segurança e sem recolha de lixo. Disse que não bastava o presidente da Câmara Municipal prometer obras de duzentos mil euros quando, a todo o momento, as esquecia e que não bastava ornamentar o orçamento com números redondos quando, a qualquer momento, os levava para onde entendesse. Disse que não bastava dar festa ao povo e afirmou com toda a certeza que os votos não se compravam, conquistavam-se e que o seu voto estava longe de ser comprado. Por essa razão, afirmou que iria votar contra o orçamento.-----

Para poder responder às intervenções, foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que, começando pela intervenção de Tony Martins, disse que ele estava equivocado quanto ao cumprimento do estatuto, pois o executivo tinha cumprido o estatuto da oposição, através do envio dos documentos aos grupos parlamentares dentro do prazo e em tempo útil e que, se não tinham feito chegar nenhuns contributos, nada podia fazer sobre isso. Disse ter feito apenas uma reunião, habitual, com os presidentes das juntas de freguesia. Relativamente às outras notas sobre o orçamento, disse ter já falado sobre várias delas e, voltando ao Centro Escolar, enquanto não estivesse concluído, a mesma continuava a ser uma das obras que afetava e iria condicionar o lançamento de algumas obras. Salientou que o orçamento era um plano plurianual, portanto, metade das obras que estavam lá eram feitas ao longo dos anos. Informou ter havido um reforço de verbas para as freguesias e que os acordos com as mesmas se mantinham, sendo que os valores a serem transferidos para as freguesias estavam relacionados com os acordos celebrados com as mesmas. Sobre as apostas na juventude, informou que o orçamento tinha sido analisado na reunião do Conselho Municipal de Juventude e que, embora não houvesse nenhuma rubrica especial para a juventude, havia muitas rubricas que apostam na juventude, como a atribuição de bolsas, os transportes escolares, o desporto e as atividades extracurriculares. Dirigindo-se ao presidente da junta de Talhadas, pediu que lhe dissesse quais as obras que pretendia fossem retiradas do orçamento, aquelas que estivessem a zero ou a cinco, para que entrassem apenas quando tivessem cabimento. Afirmou que ainda não tinham entendido a diferença de as obras estarem inscritas, e que a diferença era que, a qualquer momento, poderiam obter financiamento. Mais disse que, quando se lançava uma

candidatura a um fundo comunitário, um aspeto importante para a validação dessa candidatura era o estado da obra, ou seja, a sua maturidade e que se a obra estivesse no plano, e no orçamento, contava pontos para a sua maturidade e, se a integrassem só depois de saber se iria haver alguma medida para aquela obra, estaria a perder tempo e pontuação na classificação da candidatura. Sobre os pequenos troços, o presidente da Câmara Municipal afirmou que o presidente da Junta tinha conhecimento de que estavam incluídos vários pequenos troços de Talhadas, assim como de todas as freguesias. Relativamente às “vergonhas” citadas pelo o senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, disse não ter vergonha nenhuma de estar ali e que o fazia com todo o gosto, pois gostava muito de Couto de Esteves. Mais disse que aquilo que faziam ali faziam nos outros lados, seguindo essas prioridades e essas disponibilidades, sendo certo que o seu objetivo era fazer cada vez mais obras.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro** que disse haver, segundo a lei que regula o estatuto da oposição, o dever, por parte da Câmara Municipal, de consulta prévia aos partidos na fase de elaboração do orçamento, ou seja, antes de ele ser apresentado à Câmara Municipal, para que possam ser transmitidas as prioridades do orçamento e que os partidos se possam pronunciar sobre ele. Disse ser falso que os partidos tivessem sido consultados na fase de elaboração do orçamento e que não deixava de ser sistemático, pois quando tinha sido entregue, ali, o ofício ao presidente de mesa, em 2018, estavam a falar do orçamento para 2019. Afirmou que aquele ofício poderia ser considerado para o orçamento de 2020, porque não tinham executado o orçamento do ano passado, e o orçamento era, praticamente, uma repetição das obras não efetuadas. Referiu que o problema era a excessiva continuidade da forma que o senhor presidente escrevia o orçamento e que, nos termos da lei, aquele documento era anual. Disse que o presidente da Câmara Municipal confundia as coisas, pelos vistos, intencionalmente, porque, se o orçamento era uma previsão, e se aquilo que o orçamento permitia era detetar as prioridades do município para o próximo ano, ao confundir essas duas coisas, dizendo “*há obras em todo o lado, em todas as freguesias*”, fazia parecer que o concelho era de um dinamismo em termos de investimento como não havia concelho nenhum à volta. Afirmou que o executivo propunha um orçamento opaco e que não queria que o mesmo fosse controlado pela sua incapacidade de execução das obras prometidas. Disse considerar que o executivo procurava esconder a incapacidade de fazerem o desenvolvimento de Sever do Vouga e que era importante que Sever do Vouga voltasse a crescer no seu dinamismo económico e em população, sendo preciso estimular para que mais pessoas se fixassem e que não fossem para concelhos vizinhos por falta de oportunidade. Sugeriu que fossem discutidas as prioridades, em Assembleia Municipal, para fixação da população e para o desenvolvimento do concelho e não devendo ser apresentada uma lista de obras, igual em orçamento após orçamento. Pediu que se falasse de modo transparente sobre as prioridades existentes para o concelho.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Tony Martins**. Em resposta ao senhor presidente da Câmara Municipal, confirmou ter recebido uma carta datada de 24 de outubro, que pedia contributos até ao dia 08 de novembro, mas que tinha chegado ao seu conhecimento no dia 20 de novembro. Disse compreender que o serviço dos CTT estivesse um bocado mal, mas não compreendia tanto atraso. Em relação à questão colocada, sobre a definição das metas, os objetivos e as obras que queria colocar, disse não lhe caber, a si, definir isso, uma vez que se tratava da estratégia do próprio executivo. No entanto, sugeriu que definissem um objetivo claro, que faltava no orçamento, e, em vez de colocar tantas obras de cinco euros, mais valia esquecê-las e colocarem exatamente o objetivo pretendido, pois estavam ali para os apoiar nos mesmos. Disse necessitar de conhecer claramente qual era o rumo e o objetivo do executivo.-----

Seguidamente, interveio **Diana Paiva**, que disse ter estado a fazer uma ligeira pesquisa para colmatar os entendimentos. Referiu que o artigo 5º da lei do estatuto da oposição tinha como epígrafe “direito de consulta prévia”, sendo que as pessoas deviam ser

consultadas antes, e que o artigo 4º, que se aplicava o n.º 2 por remissão do artigo 5º, referia que as informações deviam ser prestadas diretamente, e em prazo razoável, aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos, portanto, devia ser feita a tempo e horas.-
O presidente da Câmara Municipal retomou o uso da palavra para dizer que os documentos tinham sido enviados anteriormente à respetiva elaboração, finalização e aprovação e que estavam sujeitos a afinação e alteração para irem à aprovação à posteriori. Relativamente à estratégia, confirmou que o documento do orçamento tinha a estratégia do executivo, com princípios orientadores e uma visão, que é ser um município reconhecido. Referiu que a missão tinha como objetivo a prestação de serviço público de qualidade e uma estratégia apoiada em várias estratégias, tais como a promoção do desenvolvimento cultural, o desenvolvimento da atividade turística, a promoção do desenvolvimento socioeconómico do concelho, o melhoramento da qualidade de vida dos munícipes através da aposta nas pessoas, no social, na habitação, assegurar a sustentabilidade ambiental, melhorar a eficácia e eficiência dos serviços promovendo a modernidade dos serviços, entre outros. Mais disse que o plano plurianual de investimentos refletia quais eram os investimentos.-----

Jorge Graça interveio para dizer que Sever do Vouga era uma boa terra um e bom concelho para se viver, pois, tinha pessoas maravilhosas e qualidade de vida. Disse que aquilo que tinha ouvido, ali, sobre o orçamento, pois tinha sido exatamente, mais palavra, menos palavra, o mesmo que foi dito no ano passado e que a abordagem era sempre a mesma, abordavam a forma e nunca o conteúdo. Disse ter ouvido, ali, muito poucas referências ao orçamento, e que tinham perdido hora e meia de debate a referirem-se à forma de apresentação do orçamento, mas que ao desafio do presidente da Câmara Municipal, ninguém tinha respondido. Pediu que dissessem quais as obras que quisessem retirar, quais as obras que estavam mal cabimentadas, e quais é que queriam que fossem cabimentadas. Afirmou faltar muita coisa e, se assim não fosse, não estavam ali, nem era preciso executivo se tivesse tudo feito. Apelou à contenção dos membros e disse que não fazia sentido nenhum andarem com argumentos sobre estratégias, retórica, demagogia e eleitoralismo.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo reprovou o orçamento municipal para o ano de 2020.-----

Quinze votos contra – Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Mário Martins, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.--
Treze votos a favor – Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Costa, David Alves, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.-----

António Monteiro apresentou a seguinte declaração de voto: *“Em nome do CDS, que produz todos os argumentos apresentados pelo CDS, e que se prendem com aquilo que tem sido a nossa preocupação com a falta de estratégia deste orçamento com a opacidade por não conseguirmos perceber quais são as prioridades desta Câmara Municipal. Queria terminar esta declaração de voto com um apelo e esse apelo é de que é com muita pena que vemos este orçamento chumbado, por isso, aquilo que fazemos é um veemente apelo para que, rapidamente, o senhor presidente se sente, olhe para aquilo que é este instrumento, corrija aquilo que nós já chamámos a atenção, que não é a forma correta de fazer as coisas. Estabeleça claramente quais são as prioridades, converse com os partidos e com os senhores presidentes de junta e, aí, tenho a certeza, que ainda vamos a tempo de aprovar o orçamento para o próximo ano se houver essa vontade por parte da maioria. Que fique claro que, da nossa parte, é com pena que nos vimos forçados a votar contra este orçamento. Mas que o senhor presidente da Câmara Municipal vai a tempo de corrigir isso, corrigindo o orçamento.”*-----

Sérgio Silva apresentou a seguinte declaração de voto: *“Eu penso que o que aconteceu aqui neste momento, para além da reprovação de um orçamento, espero que seja,*

realmente, uma chamada de atenção ao executivo e que o executivo olhe para as freguesias e para o que aconteceu aqui, hoje, como uma forma de poder pegar, por exemplo, os presidentes de junta, e ao contrário do que se pensa, que cada freguesia normalmente que há muito bairrismo e cada um puxa para a sua freguesia, não, os presidentes também são unidos e também sabem dar aqui uma lição de consciência de forma muito equilibrada como pode dar contributos para o orçamento, todos os anos costumamos ter reuniões de que nada servem mas acredito que todos os presidentes de junta conscientemente, poderão também no futuro contribuir para isso e o que faz estes bairrismos e cada presidente de junta puxar muitas vezes a brasa à sua sardinha acaba por ser muitas vezes estas atitudes da Câmara, de jogar e de tirar daqui e meter ali, de fazer modificação, isso, sim, é que é capaz de fazer aqui com que haja bairrismos, porque os presidentes de junta são unidos e podem também contribuir para que o orçamento seja aprovado.”-----

Tony Martins apresentou a seguinte declaração de voto: “O PSD, a muito custo, tomou essa decisão, em parte, em reflexo do que tem acontecido durante este tempo todo, é o reflexo de como este orçamento foi conduzido, a forma ligeira, uma forma simpática de expressar a situação, como foi conduzido todo este processo. O PSD não está contente com esta tomada de decisão, muito pelo contrário, foi com muito custo, como eu disse, neste momento estamos abertos a diálogo, a ideia será encontrar um caminho que seja comum e seja objetivo, perfeito para todas as classes políticas e, também, para as freguesias. O nosso apoio é para com as freguesias, elas merecem todo o nosso respeito e os severenses também.”-----

Após a votação, o **presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para solicitar que, nas possíveis reuniões que viessem a realizar, apresentassem a lista daquilo que querem que fosse retirado do orçamento.-----

1.3 Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental: - Foi presente o Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental, que estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à elaboração e execução do Orçamento Municipal.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenções, tendo sido dada a palavra a **António Monteiro** que disse só fazer sentido o regulamento em apreço se fosse aprovado o orçamento e, uma vez que o orçamento acabava de ser reprovado. Apelou para que houvesse alguma prudência que se adiasse, para uma próxima sessão, para que fosse resolvido juntamente com a questão orçamental.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse não ver razão para que o documento fosse retirado, mas que era decisão da mesa.-----

Foi dada a palavra a **Jorge Graça** que, em nome da bancada do PS, disse não se opor à retirada do ponto, até porque a agenda era demasiado longa e, eventualmente, não iria ser possível discutir todos os pontos, podendo haver necessidade de haver outra Assembleia, onde poderão ser discutidos aqueles pontos e outros que sobrem.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** retirou o assunto da ordem do dia para ser discutido numa próxima Assembleia Municipal.-----

1.4 Manual de Consolidação: - O órgão deliberativo tomou conhecimento do Manual de Consolidação, documento que serve como instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do município de Sever do Vouga.-----

1.5 Responsabilidades Contingentes de 2019: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório das responsabilidades contingentes, elaborado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro.-----

Diana Paiva fez uso da palavra para dizer que a descrição no documento era muito semelhante à que se encontrava na informação escrita do senhor presidente, a qual, diga-se,

ao longo de vários meses, dizia sempre a mesma coisa. Disse que gostaria de ter prazos tão alargados como aqueles que lá estavam descritos, pois desconhecia ações com prazo de contestação por vários meses. Disse haver uma descrição menos detalhada nalguns pontos das responsabilidades contingentes, uma vez que, se, por um lado, nos processos judiciais era feita descrição do número de processo, tipo, contingências e posição do advogado, já quanto aos processos contraordenacionais a descrição era muito vaga, identificando o número de processo e a entidade autuante, mas nada era dito quanto à contraordenação em si. Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal, referiu que, em muitas situações, o valor da coima mínima era extremamente elevado. Solicitou que, na próxima assembleia, fossem identificadas as contraordenações em causa em cada um dos processos e que a informação dos mesmos fosse atualizada.-----

1.6 Plano de Atividades e Orçamento da Agim para 2020: - Para cumprimento do previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da adenda do Plano de Atividades e Orçamento Económico da Agim, aos documentos previsionais do município.-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse recordar-se de ter sido apresentado, em determinada altura, o contrato-programa, cuja proposta tinha sido retirada sem explicação. Solicitou que alguém da Câmara Municipal explicasse qual era a estratégia para a Agim, porque aquele documento era absolutamente exíguo e nenhuma das preocupações colocadas em Assembleia Municipal, e que tinham levado à retirada do contrato-programa, tinham merecido qualquer esclarecimento.-----

1.7 Plano de Prevenção de 2020: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, elaborado de acordo com a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, criado através da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro.-----

1.8 Mapa de Pessoal de 2020: - O presidente da Assembleia Municipal adiou a apreciação deste ponto para uma próxima sessão.-----

1.9 Exploração de Água em Rocas do Vouga – Transferência de Competência: - Foi presente a documentação relacionada com a cedência de infraestruturas e exploração de água da freguesia de Rocas do Vouga para o Município de Sever do Vouga.-----

O presidente da Assembleia Municipal concedeu um período para intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Cipriano Nogueira**. Em representação da bancada do PSD, e atendendo à aprovação unânime dos habitantes de Rocas do Vouga, afirmou que iriam abster-se, esperando que o povo tivesse sido bem esclarecido daquela dupla transferência, uma vez que, na ata da Assembleia, só falava na transferência para o município, mas, a minuta do protocolo mencionava a dupla transferência. Questionou se os fregueses de Rocas do Vouga estavam esclarecidos.-----

O **presidente da Câmara Municipal** informou que, naquela sessão, estavam apenas a tratar da transferência da água da freguesia para o município e que, o que viesse a seguir teria de ser presente à Assembleia Municipal.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias** que disse ser do conhecimento de todos que, há várias décadas que as Juntas de Freguesia forneciam água canalizada aos seus habitantes e que todos os investimentos realizados, durante essas décadas, tinham sido com a ajuda das pessoas das freguesias e do orçamento das respetivas Juntas de Freguesia. Disse ter-se tratado de um custo de oportunidade que as Juntas de Freguesia tinham suportado para poderem servir um bem essencial a todas as pessoas das suas freguesias, impossibilitando-as de realizar outros investimentos e benfeitorias. Referiu que esses investimentos tinham o seu valor e que estavam a votar uma transferência das estruturas e direitos (entrega gratuita das nascentes e depósitos de água, canalizações e ramais de ligação), sem qualquer contrapartida financeira ou outra, da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga para o Município de Sever do Vouga, e, conseqüente transferência para a AdRA,

para um período de cinquenta anos. Perguntou onde estava o interesse público e a boa gestão pública numa cedência gratuita de cinquenta anos, sendo que, nessa altura, a maioria dos presentes já não estariam entre os vivos. Afirmou que estavam a impossibilitar as gerações vindouras, da freguesia de Rocas do Vouga, de gerirem e administrarem um bem tão importante e tão essencial como a água que se bebe nas torneiras. Referiu que essa informação estava nos inventários da respetiva junta de freguesia. Disse não perceber como é que era dado um bem essencial, com tantas benfeitorias, gratuitamente e que estavam a ceder património da freguesia, que consta ou deve constar, dos seus inventários, sem realizar uma avaliação patrimonial. Referiu que, caso fosse aprovada aquela cedência, seria mais um fator e mais uma causa para o aumento da desertificação do concelho, pois, se o preço da água aumentasse, o custo de vida também iria aumentar, restando às gerações mais novas e vindouras a saída para locais mais centrais, ou seja, mais desenvolvidos. Deu o exemplo das pessoas que trabalhavam fora do concelho e que tinham as suas vidas em Sever do Vouga, sendo que, se tiverem um custo de vida igual a concelhos como Albergaria-A-Velha, Vale de Cambra, Águeda, Viseu, Aveiro, o que é que vinham para cá fazer? Afirmou que a água é um dos últimos fatores positivos que se pode oferecer, uma vez que existe uma grande riqueza natural e, bem aproveitada pelas freguesias, poderia oferecer um preço mais baixo e com grandes rendimentos para as mesmas. Apresentou os casos das Câmaras de Vale de Cambra e Anadia, com sistemas próprios de abastecimento e que forneciam água aos seus munícipes a preços reduzidos, obtendo excelentes receitas para a sua gestão. Mais disse que a Câmara Municipal de Anadia apresentava dos melhores prazos médios de pagamento do país, fruto daquela e de outras receitas. Referiu que, várias vezes, ouvia “não podemos fazer nada!”, ao qual respondia “Quem não quer assumir responsabilidades que deixe trabalhar quem as quer assumir”. Terminou afirmando que a água era o ouro do futuro, tal era a sua escassez e falta de qualidade, pelo que havia, ali, uma grande riqueza que devia ser preservada.-----

O **presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dizer que considerava a intervenção de António Dias de mau tom, uma vez que estavam a tratar de um assunto que dizia respeito ao povo de Rocas do Vouga e que a decisão, naquela freguesia, já tinha sido tomada. Disse considerar que não ficava muito bem o senhor presidente da junta estar a misturar o caso dele com o caso de Rocas do Vouga. Mais disse que a transferência não vinha sem qualquer contrapartida, pois aquilo a ser transferido teria contrapartidas para a exploração da água, como acontecia com as outras freguesias que tinham nascentes que tinham transferido para a AdRA. Informou que a AdRA pagava a água em qualquer local de captação e ao mesmo preço pago na captação de Carvoeiro. Disse ser evidente que, depois de tratada e servida ao público, já não seria pelo mesmo preço. Garantiu que, se o presidente de Junta começasse a ter de fazer os tratamentos como deve e a consertar ou aumentar as condutas, não tiraria lucro na água para satisfazer esses encargos.-----

Deliberação:-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a transferência da exploração de água na freguesia de Rocas do Vouga para o Município de Sever do Vouga. Mais foi aprovada, por maioria, a minuta do respetivo protocolo.-----

Onze votos a favor – Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Costa, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Doze abstenções – Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Mário Martins, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Um voto contra – António Dias.-----

Paulo Lourenço encontrava-se ausente da sala aquando da votação deste ponto, pelo que não participou da votação.-----

1.10 Programa JUNTAr+ 2019 – Apoio à Freguesia de Sever do Vouga: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para apoiar a participação da Junta de Freguesia de Sever do Vouga no programa “JUNTAr+ 2019 – Economia Circular em Freguesias”, que tem como objetivo a criação de um espaço de recolha e reparação de eletrodomésticos, através da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Sever do Vouga, no valor de € 4 500,00 (quatro mil e quinhentos euros).-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou a atribuição do subsídio, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor.-----

1.11 Afetação ao Domínio Público – Prédio Rústico em Carrazedo: - De acordo com a informação apresentada, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a afetação total ao domínio público, e eliminação na matriz, do prédio rústico inscrito sob o artigo matricial n.º 3883, da União de Freguesias de Cedrim e Paradela.-----

Vinte e cinco votos a favor – Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.12 Município de Porto Novo – Geminção: - Foi presente uma proposta para a geminação entre o Município de Sever do Vouga e o Município de Porto Novo.-----

O presidente da Assembleia Municipal concedeu um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Patrícia Santos interveio para dizer que não tinha nada contra uma geminação, muito menos com Porto Novo, mas que não sabia se as características dos dois municípios eram semelhantes. Disse considerar que, talvez fizesse mais sentido fazerem uma geminação com um município que, por exemplo, fosse produtor de mirtilo, pois poderiam trocar melhores experiências.-----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu o facto de o município de Sever do Vouga estar geminado com Montmagny, que também não partilha grandes características geomorfológicas com o concelho, mas que tem muitos emigrantes portugueses. Afirmou que Porto Novo é uma ilha bastante montanhosa e que a zona de montanha tem algumas semelhanças a Sever do Vouga. Mais disse que a geminação tem muito a ver com a formação na área da proteção civil.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a geminação do Município de Sever do Vouga e o Município de Porto Novos e respetiva cooperação entre os dois municípios.-----

Quinze votos a favor – Ana Tavares, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Costa, Edite Rodrigues, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Natália Nogueira, Renata Marques e Paula Coutinho.-----

Dez abstenções – António Cruz, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Mário Martins, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.

1.13 Acordos de Execução – Relatórios Semestrais: - O órgão deliberativo tomou conhecimento dos relatórios do primeiro semestre de 2019, das atividades realizadas no âmbito dos acordos de execução celebrados entre o município e as Juntas de Freguesia.-----

1.14 Documentos Previsionais 2019 – 4ª Revisão Orçamental: - O presidente da Câmara Municipal apresentou a 4ª Revisão Orçamental, e, depois de aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho**. Disse que a revisão orçamental denotava, mais uma vez, aquilo que tinha vindo a dizer do executivo, verificando uma falta de noção da realidade e, ao mesmo tempo, uma falta de rumo para o concelho e que continuavam a empurrar com a barriga a gestão do município, existindo, cada vez mais, uma navegação à vista, não havendo um rumo, nem uma estratégia. Afirmou não conseguirem cumprir aquilo para o qual se tinham comprometido, pois, ao pedir a quarta revisão orçamental, estavam a pedir para compactuarem com a falta de execução, de cerca

de um milhão de euros, de obras de grande importância para o concelho e para o seu desenvolvimento. Disse não ser isso que a bancada do PSD quer para o concelho. Afirmou quererem um rumo, uma estratégia que leve ao desenvolvimento e que sirva os severenses. Afirmou que, para além da falta de execução, de cerca de um milhão de euros, em junho, do presente ano, a execução da grande obra, da menina dos olhos do executivo, o Centro Escolar, tinha uma execução de cerca de 45,94%, e que, passados cinco meses, a execução tinha avançado cerca de 7% e, atendendo a que faltam seis meses para o fim da obra, perguntou como pretendiam cumprir a execução da mesma. Pediu uma explicação sobre o facto de, em 13 de setembro de 2019 a execução do Centro Escolar ser de 53,22% e, em 26 de novembro de 2019, ser de 52,84%. Perguntou o que é que o executivo andava a fazer, uma vez que as obras estavam todas, ou quase todas, atrasadas e que tiravam de umas e metiam noutras, não executando, não planeando e querendo continuar a tapar os olhos com a peneira aos severenses. Disse que continuavam a prometer, continuavam a cativar e continuavam no vai que não vai, a basearem-se no saldo da gerência, na poupança, mas que se esqueciam na falta de investimento. disse que não iria compactuar com isso e que, por essa razão, iria votar contra a quarta revisão orçamental. Relativamente à retirada dos cinquenta mil euros, que tinha mencionado aquando da sua intervenção no período de antes da ordem do dia, esclareceu que, efetivamente, tratava-se de uma retirada, porque esse valor tinha passado de uma obra, que não estava executada, muito menos iniciada, para outra obra. Afirmou que, se a obra já tivesse sido iniciada, e tivessem chegado à conclusão de que haviam orçamentado acima daquilo que iriam precisar, teria feito todo o sentido retirar aquela verba e aplicar noutras obras. Mais disse que, na informação escrita, aquele valor tinha sido retirado para uma obra da fivela, por exemplo, e que a mesma estava com uma execução de zero por cento, o que não percebia.--

O presidente da Câmara Municipal respondeu que se a obra não estava em execução e não tinha sido lançada, pelo não havia problema em diminuir a verba afeta à mesma e, quando ela fosse lançada seria reafetada novamente para ser executada e, como havia projetos com candidaturas aprovadas, que não vão ser executados, não havia qualquer problema em corrigir a dotação quer na receita como na despesa.-----

Deliberação:-----
Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo reprovou, por maioria, a 4ª Revisão Orçamental.-----

Treze votos contra – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Mário Martins, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Onze votos a favor – Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Costa, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Uma abstenção: António Cruz.-----

António Monteiro apresentou a seguinte declaração de voto: *“O CDS, por princípio, aquilo que tem definido como voto, em relação a estas matérias de alterações orçamentais, é a abstenção, mas convenhamos que decidiu votar contra, essencialmente, por duas razões. A primeira razão foi a de que acabámos de reprovamos um orçamento exatamente porque o orçamento era, na nossa opinião, opaco e não permitia ajuizar as opções. Em segundo lugar, porque esta alteração orçamental confirma aquilo que é essa opacidade, a forma como se faz uma alteração orçamental ou um orçamento tirando verbas para determinadas obras, dizendo a essas freguesias que essas obras vão ser realizadas naquele ano para chegar ao final do ano e retirar o dinheiro a essas mesmas freguesias e confesso que essa é a segunda razão, confesso que é havendo da parte do CSD uma insistência veemente já há bastante tempo para que se avance com a obra da praia do Couto de Esteves. Confesso que me choca e me chocava muito chegar à primeira Assembleia Municipal, que realizamos em Couto de Esteves, e aquilo que nós temos é uma deliberação em que se retira o dinheiro dessa mesma obra. Vir a Couto de Esteves e*

retirar dinheiro da praia de Couto de Esteves que, para o CDS, é uma prioridade, mas não é só para o CDS, é para a Assembleia Municipal que aprovou essa deliberação, é para o senhor presidente de junta, é para o povo de Couto de Esteves. Acho que deveria a Câmara ter tido outro cuidado quando nos apresenta uma proposta destas aqui, deste sítio e neste momento.”-----

1.15 Transferência de Competências – Freguesia de Talhadas: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal relacionada com o processo da transferência de competências constantes do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, à Freguesia de Talhadas. O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registada a seguinte:-----

António Dias disse que a Junta de Freguesia de Talhadas e a Assembleia de Freguesia de Talhadas, tinham votado, por unanimidade, a transferência de competências do município para a freguesia (Decreto-Lei n.º 57/2019). Enumerou as competências aceites, antes assumidas por protocolo, exatamente com os mesmos valores:-----

- a) Gestão e manutenção de espaços verdes;-----
- b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, bem como, a manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público;-----
- c) Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e, do primeiro ciclo do ensino básico, bem como, a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----
- d) Limpeza de percursos pedonais.-----

Em suma, a transferência do município, para a freguesia, descentralizava e dava competências diretas à freguesia e, se fosse aprovado, o que esperava acontecesse, a Junta de Freguesia passaria a receber diretamente da DGAL os valores que, até então, eram pagos pela Câmara Municipal.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a transferência de competências e recursos, constantes do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, à Freguesia de Talhadas, para produzir efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2020.----

Dezasseis votos a favor – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Edite Rodrigues, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Natália Nogueira, Mário Martins, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Oito abstenções – António Cruz, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, José Sousa, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Diana Paiva não participou na votação deste ponto por não se encontrar na sala.-----

1.16 Regulamento para o Serviço de Intervenção Familiar – Barco de Papel: - A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento para o Serviço de Intervenção Familiar Barco de Papel.-----

Vinte e cinco votos a favor – Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.17 Regulamento de Apoio ao Associativismo – Alteração: - O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento de Apoio ao Associativismo.----

Vinte e cinco votos a favor – Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.18 Regulamento de Isenções – Abertura de Procedimento: - O órgão deliberativo tomou conhecimento do início do procedimento para a realização de um regulamento das

isenções, para se dar seguimento ao previsto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 16 de agosto, alterado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

António Monteiro interveio para dizer que a informação apresentada originava de uma sugestão, feita pelo CDS, de se isentar de IMI os bombeiros. Informação essa que disse ser pertinente e que fazia todo o sentido pensar-se, em conjunto, sobre as diferentes prioridades e as diferentes opções que possam ser equacionadas em matéria das isenções de IMI. Referiu que, por alguma razão, no estatuto do direito de oposição, existia a faculdade de falarem previamente porque, se discutissem aqueles assuntos, iriam descobrir que, se calhar, tinham muito mais coisas em comum do que, às vezes, parecia, e, se calhar, fazia todo o sentido pensarem noutras, também.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Jorge Graça**, que disse ser de louvar a capacidade de ponderação do senhor presidente da Câmara Municipal, que tinha tentado explicar alguns assuntos por diversas vezes, só que, não valia a pena tentar explicar a quem não queria entender, conforme se tinha constatado naquela Assembleia Municipal.-----

1.19 Exploração de Água em Cedrim e Paradela – Transferência de Competência: - O presidente da Assembleia Municipal decidiu retirar o ponto da ordem de trabalhos, seguindo a decisão do órgão executivo em não apresentar a proposta à Assembleia Municipal, conforme decisão tomada na reunião do passado dia 11 de dezembro.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Helena Dias, do lugar de Catives, freguesia de Couto de Esteves, disse ter ficado feliz pelo facto de a Assembleia Municipal ser realizada na sua terra natal, mas que ficava triste e frustrada por ver alguns membros com uma falta de interesse pelas questões ali debatidas, havendo público a assistir que, se calhar, estava mais interessado do que alguns membros da Assembleia Municipal. Mais disse que os membros da Assembleia Municipal tinham sido eleitos por algum motivo, não apenas para levantarem o braço, e que deviam ser mais ativos para participarem e darem contributos, pois era para isso que servia a Assembleia Municipal.-----

Maria Adelina Henriques Coutinho, do lugar de Couto de Cima, freguesia de Couto de Esteves, pediu que fosse resolvido o problema de um caminho público que se encontra fechado com um portão.-----

O presidente da Câmara Municipal informou que os tanques e os chafarizes eram propriedade da Junta de Freguesia e que a munícipe devia ter ido, primeiro, à Junta de Freguesia queixar-se.-----

Albino Leitão, residente no lugar de Irijó, freguesia de Rocas do Vouga, perguntou como estava a situação de um caminho, na freguesia de Couto de Esteves, do qual ainda não se sabe se é público ou privado. Disse ter entregue, em tempos, papéis com as confrontações dos terrenos à Junta de Freguesia e, ainda, à Câmara Municipal, mas que ainda não tinham resolvido a questão.-----

O presidente da Câmara Municipal informou que o município tinha iniciado um processo para avaliar se o caminho era, ou não, público, e que, terminado esse processo, o tribunal pronunciar-se-ia sobre o assunto.-----

Ana Coutinho, do lugar de Sanfins, freguesia de Rocas do Vouga perguntou quando estariam resolvidas as questões relacionadas com a falta de funcionária no transporte escolar e, ainda, com a falta de aquecimento no centro escolar de Couto de Esteves.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que essas situações estavam a ser resolvidas.-----

José Braga, residente no lugar de Lourizela, freguesia de Couto de Esteves, felicitou a deslocação da Assembleia Municipal à sua terra. Alertou para o facto de a estrada de Lourizela para o Barreiro estar em péssimo estado e, ainda, para o abatimento do piso na estrada de Couto de Esteves à sede do concelho. Felicitou o executivo pelo início da retificação da curva da Cruz das Almas. Em relação à iluminação, chamou a atenção para

o facto de, junto à igreja, as lâmpadas aplicadas no piso estarem desligadas, pedindo a resolução desse problema.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que iriam ver o que se passava com a iluminação junto à igreja. Quanto à estrada de Lourizela, informou ser uma das obras do orçamento. Por fim, disse que o abatimento da estrada que liga Couto de Esteves à sede do concelho já tinha sido avaliado e que o seu arranjo estava incluído na empreitada das intempéries.-----

Paula Almeida, residente no lugar de Parada, freguesia de Couto de Esteves, questionou o ponto de situação sobre um pedido efetuado para a realização de um pequeno melhoramento numa estrada em Parada.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que esse arranjo estava incluído na empreitada dos pequenos troços que constava do orçamento que acabava de ser reprovado.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----